

ERNINDO SACOMANI JÚNIOR

A CAPACIDADE DE PENSAR E O
PARADIGMA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO

MARÍLIA
2000



ERNINDO SACOMANI JÚNIOR

1410001210



A CAPACIDADE DE PENSAR E O PARADIGMA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Campus de Marília, para obtenção do título de mestre em Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Eunice Q. Gonzalez

MARÍLIA
2000



Nº cham 153.4
5122c

Nº Tombo 1.210.ter

Aquisição D

Preço R\$5,00

Data 10.10.2001

Proced. autor

Sacomani Júnior, E.

A capacidade de pensar e o paradigma da auto-organização /

Ernindo Sacomani Júnior. -- Marília, 2000.

104 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Ciência Cognitiva e Filosofia da Mente) - -
Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília,
2000.

Bibliografia: p.98-103.

1. Ciência cognitiva. 2. Auto-organização. 3. Psicanálise do
Pensamento. 4. Capacidade de pensar.
I. Autor. II. Título

CDD20 - 153.4

ERNINDO SACOMANI JÚNIOR

**A CAPACIDADE DE PENSAR E O
PARADIGMA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO**

COMISSÃO JULGADORA

Dissertação para obtenção do grau de Mestre.

Presidente e Orientadora: Prof^ª. Dr.^a Maria Eunice Q. Gonzalez

2º Examinador: Prof. Dr. Richard Thisen Simanke

3º Examinador: Prof^ª. Dr.^a Carmen Beatriz Milidoni

Homenagens:

À minha mestra e orientadora, Maria Eunice D. Gonzalez;

...pela coragem de desmoronar estruturas já conhecidas e pela paciência em aguardar até que novas se estruturassem.

Obrigado por abrigar-me em sua mente, pois isso é um grande privilégio.

##

Ao Dr. Pêrsio Osório Nogueira:

...pelo exemplo de respeito e amor à profissão que, ao longo de anos, tem me guiado no tumultuado caminho do conhecimento.

Obrigado por sua amizade, pois ela, seguramente, tem me feito uma pessoa melhor.

*À Prof.^a Dr.^a Carmen Beatriz
Milidoni:*

*... pelo apoio constante e competente que só os
grandes educadores são capazes de oferecer.*

*Obrigado por me acompanhar com o seu
espírito doador e gentil.*

##

*À minha esposa Gláucia e filhas Bruna
e That's:*

*...pelo sentido que têm dado à minha existência.
Junto a vocês as dificuldades da vida se
transformaram em um caminho de beleza e
amor.*

SUMÁRIO

RESUMO.....	01
INTRODUÇÃO.....	02

CAPÍTULO 1

SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA CIÊNCIA DA MENTE

1.1 A Ciência Moderna e os critérios científicos de investigação.....	05
1.2 O paradigma da complexidade.....	11
1.3 A Ciência Cognitiva.....	17
1.4 O Perspectivismo.....	22

CAPÍTULO 2

SOBRE O PENSAMENTO E O PENSAR EM PSICANÁLISE

2.1 O pensamento em Freud.....	27
2.2 O pensamento em Bion.....	42

CAPÍTULO 3

O PARADIGMA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO

3.1 Atlan: o sujeito e a consciência.....	57
3.2 A teoria da auto-organização.....	63

CAPÍTULO 4

SOBRE A NOÇÃO DE SUJEITO

4.1 A influência cartesiana no estudo atual da mente.....	68
4.2 O sujeito na psicanálise.....	77
4.3 O sujeito e a formação da identidade pessoal na auto-organização.....	80



SUMÁRIO

CONCLUSÕES.....	86
ABSTRACT.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99



RESUMO

SACOMANI JR., E. *A Capacidade de pensar e o Paradigma da Auto-Organização*. 2000.104 f. Dissertação (Mestrado em ciência Cognitiva e Filosofia da Mente) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

A presente dissertação discute a hipótese segundo a qual o pensamento, na perspectiva psicanalítica, se constrói de forma “auto”, sendo essa suposta autonomia explicada através do paradigma da auto-organização. O trabalho se desenvolve a partir de uma discussão sobre os critérios científicos clássicos em sua relação com os novos paradigmas da ciência tais como o da complexidade, o da auto-organização e o do perspectivismo. Discutindo-se o pensamento na teoria psicanalítica encontrou-se, de Freud a Bion, uma evolução dos conceitos psicanalíticos compreendendo ainda, dentro dessa perspectiva, a atividade cognitiva humana. Com uma discussão sobre a noção de sujeito, do ponto de vista cognitivista (auto-organização) e psicanalítica, o trabalho é concluído com a idéia de que a mente é um sistema cujo princípio máximo de funcionamento é o Princípio de Prazer, sendo a frustração o ruído capaz de desorganizar esse sistema até que se possa atingir uma nova organização com maior complexidade. A realização de pensamentos, pelo menos os não psicóticos, dependeria então da capacidade de se absorver tais ruídos (frustrações), respeitando-se o princípio de realidade, num processo auto-organizado.

PALAVRAS-CHAVE

Auto-Organização; Ciência Cognitiva; Psicanálise do Pensamento; Capacidade de pensar.



INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o pensamento e seus processos na perspectiva psicanalítica, encontramos, de Freud a Bion, uma evolução dos conceitos que nos permite compreender, dentro dessa mesma perspectiva, a atividade cognitiva humana. Essa análise possibilitou-nos ainda a hipótese de que algumas atividades mentais ligadas ao pensamento se processam de forma “autônoma” em relação a um sujeito pensante. Tal hipótese nos sugere que o pensamento, nessa perspectiva psicanalítica, se faz, sobretudo, de forma “auto”. Como não foram encontradas, na elaboração desses conceitos, respostas satisfatórias a respeito da dinâmica desse processo “auto”, parece-nos pertinente e oportuno tentarmos esclarecer essa suposta autonomia através do paradigma da auto-organização.

Construiu-se, assim, o objetivo desta dissertação: discutir a hipótese segundo a qual o pensamento, na óptica da psicanálise, se dá de forma autônoma e explicar essa autonomia através do paradigma da auto-organização.

O percurso que leva o paradigma da auto-organização à Psicanálise nos deu, entretanto, uma contribuição significativa para o estudo da mente numa perspectiva científica. A Ciência Moderna, estruturada nos ideais de objetividade e racionalidade, muito contribuiu para o desenvolvimento de várias áreas do conhecimento, como no caso da Física e da Biologia. Ela tem, no entanto, deixado algumas dificuldades e oferecido algumas resistências para o desenvolvimento de outras áreas como, por exemplo, as relativas ao estudo da mente e seus processos. Há, portanto, a necessidade de outros paradigmas que ampliem uma abordagem da mente como objeto de estudo científico.

Dessa maneira, no primeiro capítulo, estaremos estabelecendo uma relação entre os parâmetros norteadores da Ciência Clássica e os novos paradigmas científicos que ampliariam nossa visão sobre a *Ciência da Mente*. Os problemas do pensamento e do pensar, na perspectiva da Psicanálise, constituíram-se no tema do segundo capítulo. O terceiro capítulo será dedicado ao paradigma da auto-organização, por nos parecer ser esse o caminho que se estruturará como central para uma nova abordagem sobre a mente, particularmente sobre a formação do pensamento.

Quando procuramos elaborar um estudo sobre o pensamento e o processo de pensar, surgem alguns problemas que merecem atenção: seria o pensamento produto da atividade mental de um *sujeito pensante* ou seria o sujeito criado pela atividade do pensar? Ou seja, seria o sujeito um sujeito "pensado"? Tais questões remetem à necessidade de se ampliar a discussão sobre a noção de sujeito. Pareceu-nos, portanto, ser essa noção relevante e merecedora de uma atenção mais cuidadosa, sendo desenvolvida no quarto capítulo. O quinto capítulo trará a conclusão da dissertação, aproximando os problemas relativos ao pensamento e ao pensar, segundo a Psicanálise, ao paradigma da Auto-Organização.



CAPÍTULO I

SOBRE A POSSIBILIDADE DE UMA CIÊNCIA DA MENTE

Os paradigmas¹ que nortearam a busca do conhecimento ao longo dos séculos ofereceram maiores ou menores possibilidades para o desenvolvimento de uma determinada cultura e da ciência que nela pôde florescer. Assim, existem paradigmas que possibilitaram e dificultaram, ao mesmo tempo, alguns aspectos do desenvolvimento, por exemplo, da cultura grega, da cultura oriental, da ocidental e da ciência que ali surgiu. Esse conjunto coerente de idéias que norteiam o desenvolvimento de uma dada cultura e a ciência nela cultivada, ou seja, o paradigma, é, geralmente, amplo e conjectural. Apresenta-se, de acordo com os acontecimentos e segundo uma visão histórica, na forma de propostas ou modelos mais do que de afirmações ou doutrinas. Em vista disso, quando acontece de um certo paradigma lançar luz numa determinada região, ao mesmo tempo, provavelmente, outra será obscurecida em maior ou menor grau.

Alguns dos paradigmas que poderiam possibilitar ou dificultar o desenvolvimento de uma *Ciência da Mente* serão discutidos, neste capítulo, em quatro etapas. Na seção 1.1, faremos uma apreciação da Ciência Clássica e sua relação com a *Ciência da Mente*. Em seguida, discutiremos, na seção 1.2, os paradigmas da complexidade e da auto-organização que, no nosso entender, abrem novas possibilidades para uma abordagem dessa última.

1 Usamos aqui o termo "paradigma" no sentido em que o define Kuhn (1989, p.13), que poderá ser encontrado na p. 07 dessa dissertação.



A necessidade de nos situarmos diante de novos modelos científicos, que têm trazido significativas contribuições para o desenvolvimento de uma ciência da mente, justificou a inclusão de nossa análise sobre a Ciência Cognitiva como tema da seção 1.3, assim como o *perspectivismo*, que contribui também para uma visão complexa dos fenômenos mentais, mereceu a seção 1.4.

1.1.A Ciência Moderna e os critérios científicos de investigação

Tendo seu início com a revolução científica do século XVI, a Ciência Moderna nasce como um modelo que exclui de seu domínio as formas de conhecimento que não se pautem por suas regras metodológicas. Ela se impõe como um novo paradigma que a diferencia dos que a precederam. Seus principais representantes foram Copérnico, Kepler, Galileu, Newton, e os filósofos Bacon e Descartes. (Santos, 1987. p.07)

Diferenciando-se do pensamento aristotélico e medieval, até então dominante, a Ciência Moderna creditou como ilusórias as evidências da experiência humana imediata; e o senso comum não pôde mais oferecer qualquer tipo de conhecimento seguro. Evidenciou-se, ainda, uma total separação entre aquilo que é da natureza e o ser humano. Diante dessa visão, critica Santos (1987, p. 13):

A natureza é tão só extensão e movimento; é passiva, eterna e reversível, mecanismo cujos elementos se podem desmontar e depois relacionar sob a forma de leis; não tem qualquer outra qualidade ou dignidade que nos impeça de desvendar os seus mistérios, desvendamento que não é contemplativo, mas antes

ativo, já que visa conhecer a natureza para dominar e controlar.

A Ciência Moderna, ao restringir o domínio do conhecimento ao quantificável, permitiu que a matemática lhe fornecesse seus instrumentos e sua lógica, ocupando um lugar central nessa. De forma quase caricatural, podemos dizer que aquilo que não pode ser medido tornou-se irrelevante para o desenvolvimento do conhecimento científico.

Outra consequência da posição central da matemática dentro da Ciência Moderna é a tentativa de redução daquilo que é complexo na experiência humana a elementos mais simples. O conhecimento científico rompe com o senso comum: a subjetividade, que convivia pacificamente com as crenças do senso comum, é abolida na ciência moderna. O conhecimento passa a ser estruturado em leis que apontam para uma suposta regularidade do universo. Assim, por exemplo, existe na mecânica newtoniana uma semelhança entre matéria e máquina: "O mundo da matéria é uma máquina cujas operações se podem determinar exatamente por meio de leis físicas e matemáticas, um mundo estático e eterno a flutuar num espaço vazio...". (Santos, 1987. p.17).

A capacidade de dominar e transformar o mundo, de modo a se poder fazer previsões sobre os eventos que nele ocorrem, parece ser o objetivo maior dessa visão mecanicista. Nessa perspectiva, a Ciência Moderna dá ênfase a duas formas principais de conhecer o mundo: o formalismo da lógica e da matemática e o empirismo mecanicista das ciências naturais.

A filosofia também sofre as consequências do desenvolvimento da Ciência Moderna. Além da influência de Descartes, que impõe a clareza e a distinção das idéias como fundamento para o



pensamento científico, o Círculo de Viena, três séculos depois, conforme ressalta Morin (1996 p. 37), iniciou uma tentativa, por parte de cientistas, lógicos e matemáticos, de transformar a filosofia num reflexo da ciência. Para eles o pensamento deveria ser à imagem da ciência. Por decorrência, só o que é observável e verificável teria sentido e seria digno de ser objeto de estudo. Nesse sentido também os enunciados filosóficos deveriam ser dotados de sentido – quanto à sua decidibilidade - e a ciência deveria ser o modelo para a filosofia.

Segundo Morin (1996), vários malogros levaram esse plano ao fracasso; a redução do sentido de um enunciado a suas possibilidades de verificação mostrou-se restritiva demais. Quanto à pretensa objetividade do conhecimento científico, também é necessário adotar uma posição cautelosa. No entender de Morin (1996):

...uma teoria não é objetiva; uma teoria não é reflexo da realidade; uma teoria é uma construção da mente, uma construção lógico-matemática que permite responder a certas perguntas que fazemos ao mundo, à realidade. (Morin, 1996, p.40)

Mesmo considerando a força da objetividade, verifica-se que ela necessita de um meio ou de um grupo de cientistas ou, pelo menos, de pessoas com *espírito científico* para a sua realização na obtenção do conhecimento. Esse meio é normalmente composto de fatores concordantes e discordantes, dependendo de um certo contexto histórico-cultural. A objetividade, para ser manejada pelo meio científico, necessita do consenso dos cientistas, que estão dentro de um contexto temporal determinado: "... a objetividade é o resultado de um processo crítico desenvolvido por uma comunidade/sociedade científica num jogo em que ela assume plenamente as regras." (Morin, 1996, p. 42).

Uma vez que consideramos como comunidade científica aquele grupo de praticantes de uma determinada ciência, acreditamos que essa noção de comunidade científica e sua relação com os paradigmas mereçam algumas considerações.

A Ciência não tem conseguido oferecer respostas satisfatórias para alguns dos desafios meta-científicos que lhe foram lançados pela filosofia como, por exemplo, o ideal da unicidade do método científico². Tal ideal constituiu a bandeira do positivismo lógico, tendo como hipótese normativa a necessidade de um único método explicativo – nos moldes da física – para todos os domínios do saber científico. Mas mesmo quando apresenta respostas que são insatisfatórias, parece haver um acordo entre os praticantes de uma determinada ciência, quanto aos seus fundamentos, na solução de certos tipos de problemas. Isso tem permitido à ciência desenvolvimentos significativos. Introduz-se, portanto, o problema: como divergências fundamentais podem conviver com acordos possibilitadores de desenvolvimento de uma dada ciência?

Nessa perspectiva Kuhn (1989, p.13) reconhece o papel dos *paradigmas* dentro do cenário científico como possibilitadores desse *desenvolvimento*:

Considero “paradigma” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência.

A noção de paradigma coloca-se como um elemento

2 Esse ideal positivista foi duramente criticado pelos biólogos e humanistas, permanecendo apenas alguns de seus traços na pesquisa científica.

central para a ciência que, à sua volta, circula numa relação de causa e efeito de difícil determinação. Para Kuhn (1989, p. 219), embora essa circularidade não seja viciada, ela é fonte de dificuldade reais: "Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilhem um paradigma.." Os paradigmas surgem, pois, do desenvolvimento de uma determinada comunidade científica e passam a orientá-la quanto ao seu desenvolvimento. Os parâmetros norteadores da ciência respeitam, então, a objetividade e a racionalidade que nascem de uma determinada comunidade em certo contexto cultural.

Em vista disso, podemos afirmar que a pretendida racionalidade da ciência é produto da realização de uma determinada comunidade científica que a cria e, ao mesmo tempo, dela depende. Considerando as idéias de Kuhn (1989), poderíamos dizer que uma determinada comunidade *cria* seus paradigmas, mas isso representa apenas uma parte da verdade sobre o assunto, pois um paradigma *surge* de uma comunidade, não se tratando de uma criação a partir de uma tomada de decisão por parte dos cientistas para que ele surja. Parece haver um processo espontâneo de criatividade no surgimento de um paradigma, que passa a ser aceito por um grupo por responder à sua demanda.

Baseados em Kuhn (1989), que em sua busca sobre a natureza da ciência se preocupa em estabelecer a relação entre a mesma e os paradigmas, poderíamos dizer que é a partir das interações entre diversos pensamentos aceitos por certos grupos contemporâneos que se sedimenta uma forma estruturada, cristalizada, de parâmetros científicos, chamada de paradigma.

A propósito do tema da presente dissertação, poderíamos

conceber os paradigmas como produto de um processo de auto-organização (cujos conceitos poderão ser melhor esclarecidos no capítulo 3) em uma comunidade científica. Eles surgem do desenvolvimento de uma comunidade científica, mas de um desenvolvimento auto-organizado, independente de um centro organizador único. Após a sua cristalização, o paradigma adquire uma certa resistência e permite pouca flexibilidade, de maneira que possibilita e, ao mesmo tempo, dificulta o desenvolvimento de determinadas áreas da ciência.

Os paradigmas da Ciência Clássica permitiram, por exemplo, um grande desenvolvimento da física, mas dificultaram o desenvolvimento de uma *Ciência da Mente*. Lembramos aqui as dificuldades encontradas por Freud para a compreensão da psicanálise enquanto uma ciência da mente. Os ideais de objetividade e de controle, entre outros, introduzem valores que não parecem ser apropriados para o estudo científico da mente, por envolver, fundamentalmente, a subjetividade, que é incerta por sua própria natureza. Para que nosso conhecimento sobre a mente seja ampliado, há necessidade de outros paradigmas. É essa necessidade, a busca de outros paradigmas, um dos pontos centrais desta dissertação.

A necessidade, porém, nem sempre cria virtudes ou os resultados desejados. Não basta apenas a necessidade para que eles surjam. O surgimento de um paradigma depende, como já foi exposto, de um processo em que os encontros e interações entre diversos pensamentos científicos, no seio de uma comunidade, possibilitem a sedimentação de uma forma final que é própria do mesmo, assim como necessita de pessoas que lhe dêem palavra.

Ao nosso alcance está tão somente a possibilidade de introduzirmos a essa forma, já sedimentada, o paradigma científico



clássico ainda vigente, outros elementos que possam funcionar como *ruído*³ para esse sistema, de maneira que ele alcance uma nova forma. Entre esses elementos encontram-se as teorizações sobre a *Complexidade*, o *Perspectivismo epistemológico* e a *teoria da Auto-organização*. É em função da hipótese de que esses elementos merecem atenção que a análise seguinte se desenvolve.

1.2 - O paradigma da complexidade

A Ciência, no século XX, passa a considerar, além da objetividade, da previsibilidade e do controle, outros fatores como relevantes para sua constituição. O acúmulo sucessivo de problemas não resolvidos pelos cientistas levou a revolução científica a incorporar a problemática da complexidade. Morin (1996) opõe o paradigma da complexidade ao paradigma da simplificação, entendendo o último como o conjunto de princípios de inteligibilidade próprios da cientificidade clássica, que produzem uma concepção simplificadora do universo.

O paradigma da complexidade, por sua vez, é caracterizado pelo conjunto de princípios de inteligibilidade que, ligados uns aos outros, poderiam determinar as condições dos sistemas dinâmicos não lineares que são sensíveis à variação das circunstâncias iniciais e apresentam criticalidade⁴. Segundo Morin (1996, p. 177), o paradigma da complexidade não produz nem determina a inteligibilidade em termos absolutos, mas incita a se dar conta dos caracteres multidimensionais de toda realidade estudada. Acredita ele que a

3 Entendemos por ruído qualquer perturbação a uma situação, estrutura ou sistema em consequência de uma diferença fundamental na lógica de sua organização. (Atlan, 1992, p. 38)

4 Criticalidade diz respeito ao estado potencial de um sistema que, junto a um fator desencadeante, cria as condições determinantes de um processo.

realidade é feita de laços e interações e que nosso conhecimento atual é incapaz de perceber o *complexus* – o tecido que junta tudo. (Morin, 1997, p. 15). O conhecimento complexo é, nesses termos, a capacidade de juntar uma informação ao seu contexto, mesmo que isso possa parecer uma tarefa impossível. Importa a esse tipo de conhecimento mais a postura mental (complexa) diante do objeto a ser conhecido do que o resultado final alcançado.

Morin (1996, p. 175) considera, no entanto, que o problema da complexidade ainda é marginal no pensamento científico, epistemológico e filosófico, e que há mal-entendidos fundamentais a respeito da complexidade. O primeiro deles consiste em conceber a complexidade como receita, como resposta e não como desafio. O segundo mal-entendido consiste em confundir complexidade com completude, pois o problema da complexidade é justamente o da incompletude do conhecimento, na medida em que aspira à multidimensionalidade, opondo-se aos pensamentos simplificadores e mutiladores. A complexidade consiste em um esforço para conceber o desafio que a experiência do cotidiano, em sua riqueza, lança à nossa mente.

Diante da crise nas explicações esquemáticas e bem circunscritas das ciências biológicas e físicas, surge a *complexidade* mais como incerteza do que como clareza. Como ressalta Morin (1996), ela nos coloca diante de problemas como o da irreducibilidade do acaso a seqüências probabilísticas bem ordenadas ou ao conjunto de leis naturais não estabelecidas. Põe-nos ainda diante do problema da desordem que traz incertezas que podem não ser resolvidas segundo regras bem ordenadas; da transgressão dos limites da abstração universalista que elimina a singularidade, a localidade e a temporalidade nas ciências biológicas e, ainda, das inter-retroações incalculáveis que surgem nos

fenômenos relacionados aos seres vivos. (Morin , 1996, p. 177 –181).

O destaque central da visão da complexidade, no entanto, deve ser dado à relação entre ordem e desordem, relação esta que se configura como um problema, à medida em que a desordem sempre foi encarada como elemento indesejável a ser eliminado do cenário objetivo da explicação científica, pois ela impede o controle das situações, tornando-as imprevisíveis. A novidade que se coloca como marcante nessa nova visão da complexidade é o papel criador da desordem e do “ruído”, vistos como motor e gerador de novas organizações. Morin (1996. p.195) propõe uma binocularidade mental para que se possa dar conta do problema da relação que se estabelece entre a ordem e a desordem, na medida em que, por exemplo, o universo se organiza, desintegrando-se.

A compreensão da relação entre ordem e desordem, no entanto, merece algumas considerações e utilizaremos os dois parágrafos seguintes para tal. Essa relação, segundo Atlan (1992, p. 27-28), passa pela compreensão do segundo princípio da termodinâmica, onde: *...um sistema físico (isto é, um pedaço qualquer de matéria), estando isolado (isto é, entregue a si mesmo, sem trocas com o meio), evolui inevitavelmente para um estado de maior “desordem” molecular. A desordem, nessa perspectiva, corresponde a uma homogeneidade estatística, onde o sistema físico atinge seu estado de equilíbrio. A ordem corresponderia então: ...a uma heterogeneidade medida por probabilidades desiguais.* (Atlan, 1992, p. 30).

Na concepção desse autor, no entanto, se estabelece uma diferença fundamental entre essa definição de ordem e desordem na natureza e uma definição, por assim dizer, do senso comum. Nessa última, o que é ordem ou desordem é medido por significações dadas



pelo observador-usuário em seu ponto de vista. Atlan (1992, p. 27) cita como exemplo dessa última definição a arrumação de um escrivaninha. Ela pode ser vista como ordenada ou desordenada, dependendo das considerações de quem é o observador ou o usuário.

Quanto à complexidade, observamos que ela impõe problemas nas demarcações absolutas impostas pela ciência experimental, que podia isolar artificialmente o objeto para conhecê-lo. Ela traz ainda a impossibilidade de se separar o observador do objeto observado, porque supõe que o observador deve se integrar à sua observação. Nesse sentido a complexidade está na origem das teorias científicas, pois, no dizer de Morin (1996, p. 186): “a ciência se desenvolve não só a despeito do que ela tem de não-científico, mas graças ao que ela tem de não-científico.”

Morin (1996. p.187) vê um outro problema na ciência: a limitação da lógica formal, sobre a qual se apóiam a ciência moderna e contemporânea:

...a lógica clássica é um instrumento retrospectivo, seqüencial e corretivo, que nos permite corrigir nosso pensamento, seqüência por seqüência; porém, quando se trata de seu próprio movimento, de seu próprio dinamismo e da criatividade que existe em qualquer pensamento, bom, nesse caso, a lógica pode, no máximo, servir de muleta, nunca de pernas.

A complexidade, ainda que a princípio nos pareça confusão e obstáculo, negação e regressão, é, para Morin, o ponto de partida para um pensamento multidimensional. Ele não vê na complexidade uma negação das fantásticas aquisições da ciência, mas, ao contrário, acredita que ela permite um avanço no mundo concreto e real dos fenômenos. Ela não é um programa computacional ou uma chave

para descobertas, mas atrai a estratégia, e esta permite avançar no incerto e no aleatório através da utilização de informações. A complexidade é, também, capaz de formular esquemas de ação e de reunir o máximo de certezas para enfrentar as incertezas.

Como arauto da Ciência do novo milênio, Morin propõe a ciência da autonomia em oposição ao caráter determinista predominante na Ciência Moderna e contemporânea. O que possibilita fundamentalmente essa idéia de autonomia, afastando-a das concepções metafísicas tradicionais é, justamente, um aprofundamento na física e na biologia:

Quanto mais evoluído for o ser vivo, mais autônomo será, mais extrairá de seu ecossistema vivo energia, informação, organização. Mas dependerá, pela mesma razão, de seu ecossistema. O ser vivo é, portanto, ao mesmo tempo, autônomo e dependente e, em se tornando mais autônomo, torna-se mais dependente. É, portanto auto-organizador sem ser auto-suficiente. (Morin, 1996, p. 294)

O paradigma da complexidade propõe um afastamento das idéias metafísicas tradicionais do homem. Partindo dos princípios da complexidade física, da organizacional e lógica, Morin (1996) considera as noções de ordem, desordem e de organização, ressaltando que é necessário se obedecer à relação entre autonomia e dependência.

Em resumo, procuramos contrastar, até aqui, o paradigma da simplificação ao paradigma da complexidade, tal como proposto por Morin. Ressaltamos que, neste paradigma, a subjetividade, o ruído e a desordem, diferentemente do paradigma determinista da Ciência Clássica tradicional, possuem uma papel de destaque. No paradigma da complexidade, vimos que esses elementos, que trazem problemas ainda

não resolvidos, são os constituintes de uma visão dinâmica da atividade científica.

Nesse mesmo contexto, Atlan (1992) ressalta os efeitos desorganizadores do ruído como eventos da história de um sistema em seu processo de organização sem, no entanto, admitir tanto o ruído como a desordem como *colaboradores diretos* de um sistema maior de organização. Embora a desordem e o ruído sejam elementos fundamentais para a aquisição da complexidade, não são, no entanto, elementos formadores da organização. Pelo contrário, são e serão sempre elementos desorganizadores que caminham na contramão e representam sempre uma oposição radical, uma negação. O ruído, contudo, quando absorvido pelo sistema, pode contribuir para a aquisição de uma maior complexidade, funcionando então como *colaborador indireto*. O que faz, portanto, do ruído um elemento destruidor ou colaborador indireto é a capacidade de um determinado sistema em absorvê-lo e integra-lo.

O paradigma da complexidade, quando reconhece os efeitos do ruído como desestabilizador de sistemas organizados, pode oferecer contribuições esclarecedoras para uma possível fundamentação de uma ciência, distinta da Ciência Clássica, que dê conta da natureza dos estados mentais, a qual daqui para frente será denominada resumidamente de *Ciência da mente*. Buscamos, através dessa discussão, as condições iniciais que julgamos necessárias para, posteriormente, nesta dissertação, colocarmos a mente, particularmente a capacidade de pensar, como objeto de estudo científico, tendo em vista suas particularidades específicas que, de certa forma, já foram consideradas por Freud e outros estudiosos da mente.

Nessa discussão sobre o paradigma da complexidade, a

mente é vista como um processo que, em grande parte adquiriu alguma organização e que se sedimentou criando hábitos e atitudes mentais, muitas vezes, fixas. A esse *processo mental sedimentado* denominaremos *identidade*.

Consideraremos que a identidade pessoal se forma a partir de um processo de auto-organização⁵, levando-se em conta elementos como a hereditariedade, as experiências emocionais e as impressões sensoriais, numa relação com o meio ambiente. Uma vez constituída, tal identidade, produto de uma certa cristalização, tem grande dificuldade de ganhar novos elementos para o seu desenvolvimento. É o ruído, ou seja, um elemento desorganizador, que pode criar as condições necessárias para levar essa identidade a uma maior complexidade, elevando-a a patamares mais adequados de adaptação a si mesma e ao ambiente. Uma discussão mais detalhada sobre esse tema encontra-se no capítulo 4 dessa dissertação.

1.3 - A Ciência Cognitiva

Durante quase toda a primeira metade do século XX, os estudos científicos sobre a mente, assim como outras áreas do conhecimento, estiveram amarrados a uma forma simplificada e determinista de se ver o comportamento inteligente⁶. Entre as décadas de 40 e 50, no entanto, introduzem-se, no cenário científico, preocupações com problemas fundamentais da mente como a natureza do pensamento, linguagem, vontade, imaginação, entre outras, as quais

5 O conceito de auto-organização será tratado mais cuidadosamente no capítulo 3 desta dissertação.

6 Consideraremos *comportamento inteligente* todo e qualquer comportamento que é capaz de resolver problemas.



romperam com a “simplificação determinista comportamental”, contribuindo para uma visão mais complexa da mente. Em decorrência disso, surge uma nova ciência da mente batizada, em 1956, de *Ciência Cognitiva*, objeto de nossa atenção aqui.

No final do século XIX e início do XX, vários pensadores mostravam preocupações com problemas relativos às então nascentes Ciências Humanas. Entre essas estavam idéias relativas à vida mental. Na concepção de Gardner (1996. p. 26), os investigadores da mente tentavam, neste período, escapar do caráter meramente especulativo de tais estudos, utilizando métodos experimentais rigorosos. A introspecção, que era um dos métodos mais empregados para o estudo da mente, foi combatida por um grupo de cientistas conhecidos como *behavioristas*.

Para os behavioristas mais radicais, somente o que podia ser fruto da observação externa e, ao mesmo tempo, podia ser quantificado é que deveria ser considerado científico. Assim, qualquer método que utilizasse *entidades mentalistas* como pensamento, reflexão, imaginação, enfim, a introspecção, deveria ser banido do campo do conhecimento científico. Os indivíduos eram então concebidos como objetos reativos aos estímulos do meio ambiente, desprovidos de atividades mentais internas que lhes permitissem alguma autonomia.

Gardner (1996) ressalta que o domínio behaviorista se estendeu até a década de 40, quando, em 1948, um grupo de cientistas, reunidos no campus do *California Institute of Technology*, realizou um congresso sobre *Mecanismos Cerebrais do Comportamento*. Neste grupo encontravam-se nomes como o do matemático John von Neumann, do neurofisiologista Warren McCulloch, do psicólogo Karl Lashley, entre outros, que forneceram idéias fundamentais para se romper com o domínio “comportamentalista”, instituindo as bases para a construção de

uma nova ciência da mente que, inicialmente, recebeu o nome de *cibernética* e posteriormente de *Ciência Cognitiva*. Esse movimento científico vem, crescentemente, ganhando contribuições de várias áreas do conhecimento humano.

A Ciência Cognitiva, no seu início, teve como objeto central de estudo o comportamento inteligente centrado na investigação da natureza e estrutura da mente e, em particular, das *representações mentais*. São duas as tendências predominantes neste cenário: as representacionistas, com a Inteligência Artificial (IA) e o Conexionismo ou Redes Neurais Artificiais (RNA), e as não representacionistas com as hipóteses recentes da Ciência Cognitiva Dinâmica.

A IA pressupõe que a sustentação da atividade mental inteligente se dá por regras abstratas e por algoritmos que são os estruturadores das representações mentais. Um dos representantes principais dessa concepção é Turing que, através da formulação de uma máquina abstrata, chamada *máquina de Turing*, sustenta a hipótese de que o estudo da inteligência humana pode se dar através de estruturas simbólico-funcionais. Trata-se de uma máquina abstrata, sendo sua materialização irrelevante. A novidade fundamental da IA é a hipótese de Turing, segundo a qual o pensamento humano se reduz a um conjunto de representações abstratas, organizadas de acordo com regras e princípios mecânicos que ordenam sua dinâmica estrutural, à imagem de um programa de computador.

Os modelos computacionais para o estudo da mente têm sido, no entanto, muito criticados por não tocarem no que seria fundamental para uma ciência da mente, ou seja, por desconsiderarem os desejos, as crenças, os medos e outros estados mentais que envolvem a subjetividade. Tal separação decorria da idéia de que tudo aquilo que não

representava o ideal de objetividade da Ciência Moderna não deveria ser considerado como científico. Na tentativa de explicar o mecanismo de representações mentais, e, dessa maneira, o funcionamento mental através da simulação, a IA utilizou modelos computacionais que se prestaram a deslocar o problema da natureza dos estados mentais, afastando-se de suas características bio-psicológicas essenciais. É aqui que Searle (1997, p 03) centra sua crítica à IA como uma tendência computacional da ciência cognitiva:

A ciência cognitiva prometia um rompimento com a tradição behaviorista na psicologia, porque pretendia penetrar na caixa-preta da mente e examinar o seu funcionamento interno. Infelizmente, porém, a maioria dos cientistas cognitivos da corrente principal simplesmente repetiu os piores erros dos behavioristas: insistiu em estudar apenas fenômenos objetivamente observáveis, ignorando, dessa forma, as características essenciais da mente. Portanto, quando esses cientistas abriram a grande caixa preta, só encontraram lá dentro uma porção de caixas-pretas.

Embora as limitações da Ciência Cognitiva, na sua vertente representacionista, sejam inúmeras, parece haver nela condições mais promissoras para um estudo científico da mente, diferente daquele da Ciência Clássica, com as Redes Neurais Artificiais, na medida em que essa possibilitou a formulação de conceitos tão fecundos como o de auto-organização, a serem discutidos de forma mais apropriada no capítulo 3.

Essa outra vertente representacionista da Ciência Cognitiva, as Redes Neurais Artificiais (RNA), desfruta também de modelos mecânicos para estudar os estados mentais, creditando, porém, às leis naturais e aos mecanismos físicos a estruturação das representações mentais e não às regras abstratas como querem os

adeptos da I.A. É, portanto, nas representações mentais, através da Ciência Cognitiva, que se centra o ponto de partida do estudo do “comportamento inteligente”, como também as diferenças entre a IA e a RNA. A IA concebe as representações mentais como entidades abstratas que podem ser descritas de forma lógico-funcional. Já a RNA vê nas unidades neurônios símile, com seus padrões de conectividade, a caracterização da natureza das representações mentais.

Alguns estudiosos das RNAs, como McCulloch e Pitts, acreditavam que as células nervosas e suas conexões poderiam ser logicamente formalizadas. Eles estabeleceram relações, por exemplo, entre o potencial de ação dos neurônios (propriedade do “tudo ou nada”) e as operações do cálculo proposicional que envolvem as noções de verdade ou falsidade . Esse modelo sugere que o cérebro funciona pela ativação neuronal seqüencial, processando em paralelo, formando unidades ou circuitos que obedecem aos princípios da lógica.

Compartilham, no entanto, a IA e a RNA, além da hipótese representacionista, de outros pressupostos básicos que fundamentam a Ciência Cognitiva: a hipótese mecanicista da mente e a tese da unidade metodológica de explicação científica. Segundo essa hipótese, o mesmo método de análise deve ser aplicado a toda e qualquer forma de investigação científica: o método nomológico dedutivo da explicação científica.

Mesmo em sua pressuposição básica, o projeto cognitivista tem sofrido críticas. Putnam (1995, p 1-14.), por exemplo, não só propõe um *pluralismo metodológico* no lugar de uma unificação metodológica, como também se lança contra a perspectiva exclusivamente mecanicista da Ciência Cognitiva. Essa abordagem científicista tem sido criticada também por usar abusivamente os *métodos*

experimentais computacionais no estudo da mente, ignorando as relações intrínsecas entre linguagem e pensamento, como consideram Button, Coulter, Lee e Sharrock. (Gardner, 1998).

Em oposição à vertente representacionista acima esboçada, tem ocorrido, nos últimos anos, no interior da própria Ciência Cognitiva, o desenvolvimento de uma vertente não representacionista que estuda a mente como um sistema dinâmico complexo, a *Ciência Cognitiva Dinâmica*, que teve seu início no final da década de 90, com os trabalhos de van Gelder (1998), cuja apresentação e desenvolvimento merecerão estudos posteriores. Voltaremos, no momento, a nossa preocupação com a discussão de uma nova abordagem metodológica para a estruturação de uma ciência da mente: o Perspectivismo. Este, absorvendo as críticas de Putnam (1995) à tese da unidade metodológica, propõe um pluralismo no estudo dos estados mentais, pluralismo esse que julgamos promissor para a correlação que pretendemos desenvolver nesta dissertação.

1.4- O Perspectivismo

Outra contribuição para o desenvolvimento de uma ciência capaz de enfrentar os problemas de uma caracterização apropriada da natureza dos complexos processos mentais nos é dada por Peterson (1996) com o seu Perspectivismo. Esse autor aborda o desenvolvimento do conhecimento ativo, atuante e mediado pela ação como substituto de um conhecimento passivo e contemplativo, algo assim como um espelho da realidade.

O conhecimento, para Peterson (1996), é adquirido numa ação do sujeito sobre o mundo podendo, inclusive, ser *representado* de inúmeras maneiras. Qualquer tentativa de organizar essas noções

esbarra num problema de ordem relativo às causas e aos efeitos, visto que representação, ação e conhecimento compõem uma unidade dinâmica de interrelações em que qualquer ordenação *a priori* parece ser inútil.

Consideraremos que o Perspectivismo de Peterson diz respeito ao papel das formas de representação⁷ sobre as ações que a mente executa a serviço de suas necessidades, oferecendo, ou não, condições apropriadas para a aquisição do conhecimento, ou seja, oferecendo eficácia epistêmica a essa representação. Segundo Alves (1998, p. 26), a eficácia de uma representação depende de diversas dimensões presentes no processo de conhecimento, sendo, portanto, multi-dimensional.

Diante dessa variedade de dimensões, o ajuste do sujeito a uma determinada tarefa talvez seja o mais importante, na medida em que esse ajuste depende tanto da adequação de uma representação, como de uma ontologia apropriada e não absoluta para a realização de uma tarefa. O ajuste é, pois, a busca daquilo que é mais relevante para a realização da tarefa.

Como podemos perceber, na consideração de Peterson não há uma forma perfeita de representação que satisfaça determinado propósito; há, sim, as que mais se aproximam e, na medida em que uma ação ocorre, essa representação se ajusta às várias tarefas. O perspectivismo, segundo Alves (1998), não representa, de forma alguma, um caos epistêmico a partir do qual tudo se seguiria. Há um critério de racionalidade na escolha de uma determinada representação que dirige a ação do homem sobre o mundo e esse se aproxima do pluralismo. Nesse

7 Formas de representação são definidas por Peterson como uma interpretação para uma notação, podendo ser a álgebra, alfabetos, linguagens de computação, entre outros.



contexto, o que interessa a Peterson é saber qual o papel das várias formas de representação nas ações mentais dirigidas à realização de tarefas.

O perspectivismo garante sua contribuição para o desenvolvimento de uma outra abordagem científica, quando admite uma racionalidade científica pluralista, afastando-se da racionalidade clássica determinista, que engessa a mente, retirando-lhe o que é essencial, o seu dinamismo. A esperança de Peterson é que essa visão alcance o estatuto de *epistemologia do milênio*, trazendo melhores condições para o desenvolvimento de uma ciência da mente.

No entanto, apesar de sua riqueza e flexibilidade, parece existir no perspectivismo a figura de um sujeito detentor de uma racionalidade e “escolhedor” de representações e de critérios de relevância. Essa concepção de sujeito racional, solucionador de problemas, merece algumas restrições, uma vez que a noção de sujeito mais próxima da realidade vivida, a nosso ver, é aquela sugerida pelo paradigma da auto-organização.

O que é fundamental nos processos auto-organizadores, (que detalharemos nos capítulos 3 e 4) é o fato de eles não terem um centro organizador forte e sim uma dinâmica de interação entre os elementos que constituem esse sistema. O papel de um eu, de um sujeito no processo de auto-organização, é fraco ou secundário. O que se tem é um sujeito que se apresenta à vida em paridade de força com os outros elementos do sistema a se auto-organizar.

Quando analisarmos a noção de auto-organização secundária (capítulo 3), veremos como o papel do sujeito pode se fazer importante. Acrescenta-se, porém, que esse sujeito, objeto de nossas

investigações, não é aquele centro absoluto de conhecimento racional e de auto-reflexão caracterizado pela visão clássica de mente. A noção de sujeito que se abordará será aquela que se aproxima da visão freudiana de sujeito comum, a qual retira o homem do centro do universo, destituindo-o da condição de elemento especial da criação. A noção de sujeito será, pois, a de sujeito da *auto-organização* (tema tratado na seção 4.3).

Consideraremos, de uma forma geral, que o perspectivismo permite a existência de uma novidade no reino dominado pelo paradigma científico clássico. Paradigma esse que, com seu método, não oferece campo para o desenvolvimento de uma Ciência da Mente, pois seus critérios de racionalismo e de objetividade restringem as condições necessárias para tal abordagem. A mente guarda características de subjetividade, de particular verificabilidade dos eventos e de um determinismo múltiplo de seus processos, exigindo, portanto, novas abordagens, como já sugeriram Freud e outros autores. Nesse sentido, novos paradigmas, percorrendo o caminho da Complexidade e da auto-organização, podem ser acrescentados como possibilidades mais fecundas para outras abordagens científicas da mente, tal como os indicados pela Ciência Cognitiva.

Decorrente dessa ampliação do enfoque conceitual sobre a Ciência da Mente, faz-se necessária a especificação, o aprofundamento e mesmo a limitação de seus objetivos. O nosso objeto de estudo é o processo mental, ou melhor, a mente entendida como processo. Por ser esse objeto demasiadamente amplo, limitaremos o propósito desta dissertação, a partir do caminho aberto pela Ciência Cognitiva na perspectiva da auto-organização, a dois enfoques: a noção de sujeito, (abordado no capítulo 4) e os problemas da natureza do pensamento e do pensar, segundo a perspectiva psicanalítica, assunto do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

Sobre o pensamento e o pensar em Psicanálise

As questões relativas ao pensamento e suas características constituem uma antiga preocupação para o homem. Embora vários filósofos e pensadores já se tenham ocupado com esse tema, discutiremos aqui a natureza do pensamento e do processo de pensar na perspectiva psicanalítica. Na seção 2.1, entre as formulações de Freud, destacaremos o *Projeto de uma psicologia* e *Formulações sobre os dois Princípios do Funcionamento Mental*. Na seção 2.2, abordaremos as contribuições do psicanalista inglês Bion, conforme seus textos, *Uma teoria sobre o Processo de Pensar* e *O aprender com experiência*”.

Pretendemos, nesta dissertação, discutir a natureza do pensamento e do pensar, na óptica da psicanálise, lançando mão de elementos da teoria da auto-organização, a fim de sugerir e tentar esclarecer características supostamente “auto” na atividade cogitativa. As relações possíveis entre ambos os universos teóricos serão buscadas no capítulo 5 desta dissertação.

Faz-se necessário, no entanto, atentarmos, de início, para a finalidade com que se desenvolveram as teorias psicanalíticas: “...as teorias psicanalíticas derivam da experiência clínica e pretendem esclarecer o material clínico...”. (Segal, 1975, p. 9). Um dos objetivos de sua existência se inicia e se finda na clínica. Mas, conforme nos lembra BION, em suas palavras: “... se a psicanálise não se parece com a vida,

então não é psicanálise”, isso nos lembra que os fenômenos mentais clínicos só fazem sentido para a investigação psicanalítica por representarem, tal qual, os acontecimentos mentais ocorrentes na vida fora do *setting* psicanalítico. Decorre que, mesmo sendo sua finalidade a clínica, suas teorias esclarecem, reciprocamente, não só os acontecimentos intra-sessão mas também os extra-sessão e trazem valiosa contribuição para a compreensão do funcionamento da vida mental humana de uma maneira geral. Por essa razão nos permitimos, ou mesmo nos autorizamos, a ultrapassagem dos limites da clínica psicanalítica para alcançar outras áreas de conhecimento sobre a mente humana e, nesse contexto, o encontro com outras ciências cognitivas é possível e representa importante complementaridade.

2.1- O pensamento em Freud

Para a verificação das contribuições de Freud para o estudo do pensamento, utilizaremos dois de seus trabalhos: o *Projeto de uma psicologia* de (1895, mas publicado em 1950⁸), e as *Formulações sobre os dois Princípios do Funcionamento Mental*, artigo de 1911, por nos parecer os dois mais significativos a para este propósito.

Em tal Projeto, Freud formula uma teoria do aparelho psíquico baseada em estados quantitativos neuronais, ou seja, pretende fundar uma psicologia científico-naturalista em bases neurológicas. Na análise desta obra, abordaremos os aspectos que consideramos importantes para a elaboração de uma teoria do *pensamento* e do *pensar* em psicanálise, a partir da qual encontraremos novos subsídios para

8 A tradução do *Projeto para uma psicologia* utilizada foi a de Osmyr Faria Gabbi Jr., e por ser essa uma tradução comentada levaremos em conta as idéias desse autor contidas em suas notas. No que se segue, referir-nos-emos a essa obra como *Projeto*

discussões sobre uma teoria do pensar em Ciência Cognitiva.

Para melhor esclarecermos a presente proposta, faz-se necessária uma sucinta descrição do modelo de mente apresentado no *Projeto*.

Conforme ressalta Milidoni (1996. p.196), "...Freud construíra um modelo neurológico de mente, algo assim como uma rede neural artificial, chamado sistema ' $\phi\psi\omega$ '." O sistema ou aparelho psíquico opera com quantidades de excitação (" Q " ou " $Q\eta$ "), as quais investem ou desinvestem os neurônios. Esse aparelho psíquico é um processador de funções: sensação, memória e percepção-consciência correlacionadas, respectivamente, aos sistemas " ϕ " , " ψ " e " ω ". Considera Milidoni que ψ seja o sistema relevante, pois ele é o representante dos processos psíquicos propriamente ditos e do "eu", enquanto instância intra-sistêmica. É ψ , sobretudo, um sistema de registro, de inscrição de representações não conscientes, relativas aos estímulos externos (ψ do *pallium*).

O sistema ϕ é a via de entrada no aparelho psíquico das *quantidades provenientes dos estímulos exógenos* (Qs), enquanto que o sistema ω é o possibilitador da transformação desses estímulos em uma percepção consciente, como se verá mais adiante neste trabalho. As Qs externas criam *facilitações* (ou vias interneuronais com boa condutibilidade de Q) entre os neurônios ψ , formando assim certos padrões de *facilitações*⁹ ou traços de memória. Essas *facilitações*, no entanto, não podem ser formadas antes que as Qs vençam as resistências impostas à sua passagem. Como essas resistências se encontram entre os neurônios ψ , Freud as designou com a expressão

9 Expressão que, segundo a Professora Carmen Beatriz Milidoni, traçaria uma analogia com a caracterização de "representação" enquanto "padrões de conectividade" postulada pelo Conexionismo em Ciência Cognitiva.



barreiras de contato (posteriormente referidas como *sinapse*). A forma pela qual a barreira de contato pode ser mais facilmente vencida será consequência do que Freud chamou *lei de associação por simultaneidade*: as Qs seguirão mais facilmente os caminhos entre os neurônios investidos do que entre os não investidos: “É decerto evidente que a *lei de associação por simultaneidade* está na base dos processos mnemônicos na medida em que estes são função das facilitações ocorrentes em ‘ ψ ’.” (Milidoni, 1996. p.198). Outra função está ainda reservada a essa lei: o aprendizado do percurso preferencial em ψ . É esse aprendizado que possibilita a descarga dos estímulos endógenos, pois não só com estímulos externos funciona o aparelho psíquico. Freud supôs que a fonte das necessidades de fome, respiração, sexualidade, como pressões a serem liberadas, são os estímulos endógenos que vêm do interior do corpo e acumulam-se em ψ , desta vez em ψ do *núcleo*.

O modelo de aparelho psíquico elaborado por Freud não poderia ficar à mercê da estimulação de “Qs” que fluem desinibidamente, posto que isso poderia levar o aparelho à exaustão, com os consequentes riscos de sobrevivência para o organismo. Faz-se necessário um sistema regulador que mantenha um nível mínimo de “Q” de forma constante. Este é o princípio máximo que rege o aparelho psíquico, o *princípio de constância*¹⁰.

Ao princípio de constância, por outro lado, está subordinado o *princípio de prazer*¹¹, aquele que se expressa na tendência

10 Princípio de constância: é o princípio em virtude do qual, seja por uma evitação ou por uma descarga, o aparelho psíquico procura manter em níveis constantes uma certa quantidade de excitação.

11 **Princípio de Prazer**: é um princípio (econômico) do funcionamento mental no qual a mente procura livrar-se da sobrecarga de excitação (satisfação) que é sentida como desprazer. **Princípio de Realidade**: é um princípio que busca uma regulação da satisfação ligada ao alívio da sobrecarga de excitação considerando as imposições do mundo externo.

em se evitar o desprazer. O que assegurará o funcionamento do aparelho psíquico de acordo com essas tendências, com esses princípios, é, na concepção freudiana o *eu*, entendido como um complexo neuronal em ψ , que mantém um alto nível de investimento e boas facilitações. A função principal do *eu* seria a de inibir os chamados *processos psíquicos primários*, aqueles que se encarregam de livrar o aparelho psíquico de tudo aquilo que é sentido como desprazer à custa de um grande gasto quantitativo (investimento alucinatório da representação de desejo, fuga atropelada de representações herdeiras de uma vivência de dor). No limite, esses processos podem levar o aparelho à exaustão. A hipótese freudiana, que será desenvolvida no decorrer desta seção, supõe que com a inibição dos processos primários pelo *eu* dão-se os *processos psíquicos secundários*.

Após essa breve apresentação das hipóteses elaboradas por Freud no seu projeto científico da mente, buscaremos ainda, a seguir, os critérios para a diferenciação entre percepção e representação, diferenciação esta relevante para a caracterização de um processo de pensar bem sucedido.

Embora a noção de fantasia, no seu particular sentido psicanalítico, não seja formulada no *Projeto*, Freud usa a idéia de *representação de fantasia* para indicar a ausência do objeto real de desejo. (Gabbi, 1995, p.140, nt. 130). Pelo princípio de constância, a distinção exigida entre percepção e representação sinaliza para a noção de que a percepção é organizada pela memória, ou seja, a percepção é uma espécie de representação intensa, ou melhor, é uma função $\phi - \psi$ que advém consciente pela contribuição de ω . O aparelho psíquico identifica como potencialmente prejudicial, do ponto de vista biológico, tanto a hiper-ocupação de desejo numa representação, como a liberação de desprazer provocada por uma recordação. Nestas condições, a vida

impôs ao aparelho psíquico a exigência de um signo que possa diferenciar o externo do interno, a percepção de uma representação. A condição fundamental, no entanto, para a diferenciação entre uma percepção e uma representação é a *inibição do eu*, quando então o signo de realidade¹² desempenha seu importante papel na realização do desejo.

Com base no que foi exposto, passaremos a caracterizar o que Freud entende por *processos psíquicos primários* e *processos psíquicos secundários*.

A alucinação, resultante de uma super-ocupação de desejo, assim como o gasto total de defesa originado pelo aparecimento do desprazer foram designados por Freud como *processos psíquicos primários* e os processos possibilitados por uma eficaz ocupação do eu com um emprego correto dos *signos de realidade* foram designados *processos psíquicos secundários*.

A partir destes processos secundários, o reconhecimento do real e a formação do processo de pensar se tornam possíveis. Quando ocorre uma coincidência entre uma imagem recordativa e uma percepção, acrescida ainda com o signo de realidade, a eliminação de Q pode se dar com êxito. Porém, se não há concordância total entre elas, a experiência biológica ensina que não é segura a sua eliminação em tais circunstâncias e cria-se assim um caminho que pode levar da semelhança à identidade entre percepção e representação. Recomenda Freud especial atenção para o fato de que as ocupações de percepção não ocorrem nunca em neurônios isolados, mas sempre em complexos

12 Freud considera a necessidade de um signo que evite a liberação de desprazer resultante da reocupação da imagem de uma recordação hostil: "...a notícia de eliminação de ω é o signo de qualidade ou de realidade para ψ ". (Freud, 1995, p. 39)

neuronaes. O que se instaura, a partir disso, é uma decomposição desses complexos em uma parte constante, que ele chamará de *coisa*, e uma parte inconstante que será o *predicado da coisa*. Para esse processo de decomposição, Freud utilizará o termo *juízo*.

Estão criadas aqui as condições para a elaboração de uma teoria do pensar, pois, de acordo com Freud, a "...discordância (entre representação e percepção) dá o impulso para o trabalho de pensar, que termina de novo com a coincidência entre elas..." e ele acrescenta ainda que "...a coincidência entre ambas as ocupações torna-se um sinal biológico para terminar o ato de pensar e para permitir a eliminação." (Freud, 1995, p.42)

A luta entre as facilitaões neuronaes consolidadas e as ocupações mutáveis caracterizará uma diferenciação entre a sequência associativa primária - o processo primário - e o processo secundário do pensar reprodutivo.

O pensar recordativo - reprodutor da vivência de satisfação - é ocasionado pela transformação de uma semelhança entre o objeto de desejo e uma percepção presente em uma *identidade* entre ambas. Tem-se um ato de pensar puro quando não ocorre eliminação, mesmo se tendo alcançado a identidade, mas que poderá ser aproveitado oportunamente. Diz Gabbi (1995, p149, nt. 167): "... o pensar é uma forma de estabelecer possíveis caminhos de eliminação, de criar expectativas em relação ao mundo externo."

Se o início de todo o trabalho de pensar é a discordância entre uma percepção e uma representação, seu final, sua meta é um *estado de identidade* entre ambas. Esclarece Freud (1995, p.46):



O pensar **recognitivo** ou **judicativo** busca uma identidade com uma ocupação corporal; o pensar **reprodutivo**, com uma ocupação psíquica própria (uma vivência própria). O pensar **judicativo** trabalha com antecipação em relação ao reprodutivo, na medida em que aquele oferece para este facilidades prontas para a migração associativa posterior. Se, após o ato de pensar, chegar o **signo de realidade** para a percepção, obtém-se o **juízo de realidade** para a percepção, a **crença**, e alcança-se a meta da totalidade do trabalho.

Freud tem, no entanto, outro problema a cuidar: é a possibilidade de o pensar falsear a realidade, alterando as facilidades criadas pelo processo primário, o que retiraria a garantia de sobrevivência do homem, tanto na vivência de satisfação como na vivência de dor. É novamente em termos quantitativos que a resposta é formulada: acontece que as facilidades são criadas por Qs grandes de fluxo desinibido, não por Qs pequenas. Assim, os caminhos de eliminação de Q, uma vez criados, não podem mais ser modificados: "...alucina-se o objeto, mas não se pode forjar os próprios circuitos de eliminação, ou seja, o desejo ou a repressão." (Gabbi, 1995, p. 156, nt 199)

O processo de pensar, entretanto, deve deixar atrás de si traços permanentes, considera Freud. Para não se falsear a realidade, faz-se necessária, portanto, uma memória do pensar. O termo *memória* empregado por Freud neste contexto, pode provocar equívocos, pois não se diferencia da idéia de recordação utilizada freqüentemente no *Projeto*. A denominação *facilidades do pensar* parece mais esclarecedora e menos confusa em seu emprego.

Estão criadas até aqui as bases para uma teoria do pensar que atribui a esse, em sua função, o lugar de herdeiro do desejo. Esse pensar é provocado pela discordância entre um estado interno e o

que se apresenta externamente e tem, ainda, que se manter fiel à realidade para não falsificá-la. Cria facilitações em seu percurso e só termina quando encontra uma identidade entre representação e percepção, ou melhor, quando reencontra seu objeto de desejo. Diz-se aqui reencontro, pois o encontro se deu com o objeto primeiro, o indivíduo prestativo, como diz Freud, aquele que possibilita a primeira vivência de satisfação. Laplanche (1985, p. 20), em sua reflexão sobre o *objeto* em psicanálise, adverte-nos para o fato de que o objeto em questão é o objeto da pulsão e não pode ser confundido com o objeto *objetivo* da teoria do conhecimento, que está no alcance do campo perceptivo. O objeto psicanalítico é aquele que possibilita a vivência de satisfação, que permanece como prioritária para o aparelho psíquico. A vivência de satisfação tem primazia sobre o objeto que a possibilita e reencontro aqui é, antes de tudo, um reencontro com a vivência de satisfação. Pelo menos, essa é nossa maneira de entender o assunto.

Este caminho percorrido pelo eu, ou seja, o processo pelo qual o aparelho psíquico aprendeu a diferenciar uma percepção de uma representação, é a forma mais econômica de se evitar o desprazer. Milidoni (1993) acredita que essa ocorrência só se torna possível com a passagem do processo primário para o processo secundário, com a utilização correta das indicações de realidade e a adequada inibição por parte do “eu” e diz:

... a moderação da catexia desiderativa e o deferimento da descarga até a chegada da indicação de realidade, por um lado, e a redução da liberação do desprazer – no caso da recatexização de uma imagem mnêmica - a um mero sinal para o ego pôr em ação um defesa de magnitude normal, são expedientes inibitórios que possibilitarão a emergência dos ‘processos secundários’. (Milidoni, 1993, p. 145).

Freud procura, então, já na parte III do *Projeto*, explicar mecanicamente de que maneira se configura o caminho percorrido no eu que leva de uma representação do objeto percebido à representação do objeto de desejo, e depara-se aqui com o *mecanismo de atenção*: "... um mecanismo que leve o eu a seguir as percepções e a influir sobre elas." (Freud, 1995, p. 75). A importância atribuída por Freud à atenção reside no fato de que é através deste mecanismo que se inicia o processo de pensar.

Há, porém, dificuldades para Freud explicar mecanicamente a atenção. Supõe tratar-se de um mecanismo condicionado biologicamente, o único que restou, no decurso do desenvolvimento psíquico, capaz de evitar o desprazer que pode ser causado pela desconsideração do mundo externo. É a atenção, portanto, que produz o estado de expectativa necessário ao processo de pensar para encontrar a identidade tão esperada pelo aparelho psíquico.

Considera Freud que, se o mecanismo de atenção for bem sucedido, um *pensar observador* se sobressai. O pensar observador é aquele que, diante de uma percepção, percorre várias recordações e cujo propósito é alcançar o máximo de conhecimento possível a respeito do objeto percebido, acabando pela obtenção de um reconhecimento¹³ do objeto de desejo.

A atenção necessita ainda de signos de qualidade e é a *associação lingüística* que realiza este objetivo. Como a imagem acústica mantém uma relação íntima com a representação motora da fala, esta serviria como signo de qualidade para o pensar. Este processo, no

13 Para Gabbi, conhecer uma percepção é antes de tudo reconhecê-la como objeto de desejo. Portanto, só é possível um pensar que seja pautado sobre a representação do objeto já preexistente. Mesmo que esse pensar amplie as representações, ele nunca as esgotará.

entanto, é acompanhado de notícias de eliminação, que são também signos de consciência da recordação. Guiado, não pela notícia de eliminação de ω das ocupações das imagens de objeto, mas pelas notícias de eliminação ω das ocupações das imagens de palavras é que se dá o *pensar consciente*, observador.

Considerando que ψ não dispõe de meios para diferenciar as conseqüências dos processos de pensar das conseqüências dos processos perceptivos, os *signos de descarga lingüística* aparecem como responsáveis por esta função. Mas, além de possibilitar a organização da realidade, a *descarga lingüística* proporciona também uma *memória do pensar*, que poderia ser melhor entendida como *facilitações do pensar*. Todo esse processo é quantitativamente vantajoso para o aparelho psíquico, pois, embora o pensar envolva gasto quantitativo, esse custo é comparativamente pequeno para o aparelho. O estado psíquico do qual se trata é aquele que ocorre com uma ocupação *neuronal elevada*, mas com uma corrente pequena de Q^{14} . É desta forma, portanto, que Freud caracteriza mecanicamente o processo de pensar.

Neste ponto do *Projeto*, Freud (1995, p. 83) faz uma passagem de um modelo mecânico da constituição do eu para um modelo biológico:

O eu consiste originariamente de neurônios nucleares que, através de condução, recebem a $Q\eta$ endógena e a

14 É importante, neste momento, lançarmos algumas breves considerações a respeito de *energia livre* e *energia ligada*, expressões estas correntes no vocabulário freudiano e que são encontradas no *Projeto* com a denominação *estado ligado de $Q\eta$* e *estado não ligado de $Q\eta$* . A diferença entre ambos os pares de expressões relacionam-se, no *Projeto*, a estados quantitativos neurais. Nas obras publicadas de Freud, essas expressões dizem respeito a processos psicológicos. Laplanche esclarece que o termo *ligação* diz respeito a "uma operação tendente a limitar o livre escoamento das excitações, a ligar as representações entre si, a constituir e manter formas relativamente estáveis". (Laplanche, 1998, p.269)

descarregam pelo caminho da alteração interna. A vivência de satisfação arranhou para este núcleo uma associação com uma percepção (a imagem de desejo) e uma notícia de movimento (da parte reflexa da ação específica). Na repetição do estado de apetite, no estado de expectativa, realiza-se a educação e desenvolvimento deste eu inicial.

O *eu* seria, para Freud, uma massa de neurônios bem ligados e com boas facilitações entre si.

O *eu* aprendeu, então, a respeitar duas barreiras: a não ocupar as imagens de movimento, enquanto a percepção não tiver sido considerada, e a respeitar a medida de ocupação da representação de desejo para evitar uma alucinação. Estas são as condições necessárias para se alcançar a procurada satisfação. De acordo com Gabbi, (1995. p.205, n. 424), o *aprendizado* ao qual se refere Freud é o nome dado a um problema fundamental que é diferenciar *percepção* de *representação*.

A existência dessas barreiras se dá em função da ameaça de *desprazer*, para a qual o sistema nervoso trouxe como conseqüência a *defesa primária*, isto é, a não ocupação de neurônios que conduziriam à liberação de desprazer. É uma aquisição biológica, na medida em que Freud tem dificuldades em explicar tal processo mecanicamente. É por esta razão que Freud termina denominando esse tipo de defesa primária como *1ª regra biológica*.

Estamos nos aproximando de um ponto que nos parece relevante para a condução do raciocínio proposto. Durante o curso associativo de Q sobre neurônios previamente ocupados, originam-se os signos de qualidade lingüísticos e, só então, graças á associação lingüística que se liga a estas representações, elas se tornam

conscientes. A palavra toma, portanto, um papel central na formulação de um modelo de denotação. Segundo Gabbi (1995. p.210. n.450) a: "maior parte dos processos psíquicos são inconscientes, sem serem por este fato patológicos. A consciência é algo que se dá toda vez que se produz uma eliminação em ω ." Freud considera ser este o pensar comum, inconsciente, com ocorrências ocasionais na consciência. A *representação de palavra* tem que vencer a influência dos vestígios das vivências fundamentais, a de *satisfação* e a de *dor*, para que o pensar não se torne inconsciente. A vitória total da representação de palavra implicará o pensamento teórico. As associações lingüísticas, entretanto, são necessárias apenas para o pensar consciente.

Ainda na Parte III do Projeto, Freud nos apresenta algumas dificuldades do puro pensar cognitivo (teórico), aquele que tem a meta desinteressada do reconhecimento. Na medida em que a representação do objeto de desejo apresenta um elevado grau de ocupação - nos estados de expectativa - cria-se uma tendência constante a se seguir sempre o mesmo caminho: aquele que levará, sem demora, à satisfação. São grandes as dificuldades para se superarem as facilitaões primárias e se criarem as condições para o pensar desinteressado, que requer uma exploração vagarosa de diversas vias de condução ψ .

O pensar teórico exige um número crescente de ocupações de representações de palavra, diferencia-se do pensar prático, pois esse pode se abster de tais ocupações. Freud acredita que os signos de qualidade não são necessariamente indispensáveis para o pensar prático, podendo mesmo tornar o curso do pensar vagaroso e complicado. Para Gabbi (1995. p 214. n.471), Freud sugere que uma ação é um pensar acompanhado de motilidade. O pensar prático é, portanto, uma ação sem movimento.



Assim como o pensar, de uma maneira geral, busca uma identidade perceptivo-representacional, a ação busca a identidade entre os movimentos pensados e os movimentos realizados.

Vai se delineando, então, a possibilidade de um pensar que lida não só com o presente, mas também com uma perspectiva futura. Ainda que importem, as facilitações do pensar não podem alterar os caminhos estabelecidos pela vivência de satisfação, sob o risco de se falsear a realidade.

Considera Freud que o pensar em seu curso leva a uma miscelânea de acontecimentos, podendo conduzir inclusive ao desprazer e à contradição. Estas situações podem se relacionar a recordações de vivências de dor, as chamadas *recordações indomadas*, que são recordações carregadas de afeto e ainda não domadas pelo eu. O processo de pensar prático tenderá a evitar tais recordações e o pensar teórico deverá percorrer todos os caminhos de eliminação para o conhecimento do objeto, o mais extenso possível, incluindo também as representações desprazerosas.

A teoria do pensamento no *Projeto* é, ao mesmo tempo, uma teoria do desejo e de seus caminhos. O pensamento decorre de uma necessidade do aparelho psíquico em encontrar os caminhos da satisfação, que é conseguida através da descarga de quantidades que impõem sofrimento ao aparelho. É uma teoria que considera fundamental, mas não exclusivamente, a atividade intra-psíquica, ou seja, o funcionamento interno do aparelho psíquico.

Já em 1911, encontramos Freud, em *Formulações Sobre os Dois Princípios do Funcionamento Mental*, procurando investigar com mais detalhes e precisão a relação que o aparelho psíquico estabelece



com a realidade, ou seja, buscando a *significação psicológica* da realidade¹⁵.

Em sua teoria, o *princípio de prazer*, que é a tendência do aparelho psíquico em afastar-se das impressões aflitivas e buscar gratificação, é anterior a qualquer outro princípio mental e predominante sobre eles. A razão disso está no fato de que, na presença da frustração, a produção alucinatória para a realização do desejo se faz particularmente importante, tanto no início da vida, como na atividade onírica. Para Freud, entretanto, está claro que a vida não seria possível com o domínio do princípio do prazer, tendo, portanto, o aparelho psíquico, que fazer concessões às exigências das circunstâncias reais e tentar modificá-las, se pretender conservar sua integridade. Introduce, então, o *princípio de realidade* pelo qual a mente tem de tolerar mesmo o que lhe é desagradável para a manutenção da vida.

Com o princípio de realidade, a consciência passa a ter de considerar as qualidades sensoriais, além das relativas ao prazer/desprazer. Surge então a função da atenção, encarregada de pesquisar continuamente o mundo externo com a finalidade de conhecê-lo – ou reconhecê-lo. A atenção é ativa e busca as impressões sensoriais ao invés de esperá-las. Acrescenta-se ainda o conceito de notação como o resultado do assentamento dos produtos da atividade da atenção sobre a consciência. Embora não haja qualquer referência ao *Projeto* neste trabalho de Freud, essas concepções já haviam sido nele elaboradas em 1895.

A descarga motora que, sob o domínio do princípio de

15 Uma consideração mais ampla do problema da realidade em Freud mereceria um estudo mais abrangente de sua obra. Para o propósito dessa dissertação nos bastaremos com esse texto, respeitando suas limitações.



prazer tinha a função exclusiva de alívio de tensão no aparelho psíquico, passa agora a realizar a função de ação para uma alteração da realidade externa, embora a primeira função não seja inteiramente abolida. E é o *processo de pensar* o responsável pela tolerância e adiamento da descarga motora, para que o aparelho psíquico suporte sobrecargas crescentes de tensões. O *pensar* é considerado um tipo experimental de ação quando ocorre um pequeno deslocamento de energia, sendo, portanto, econômico para o aparelho psíquico. Freud concebe o pensar, de uma maneira geral, como inconsciente em seu processamento, sendo unicamente através dos resíduos verbais que ele se torna consciente.

Mesmo sendo o pensar, em certa condição¹⁶, o digno representante do princípio de realidade, um tipo de pensamento manteve-se, entretanto, subordinado ao princípio de prazer: o *fantasiar* na criança e o *devaneio* no adulto.

O domínio do *princípio de realidade* não se dá como um todo no aparelho psíquico: para Freud, os impulsos sexuais permanecem por mais tempo sob o domínio do *princípio de prazer*. A necessária passagem de ego-prazer para ego-realidade, do auto-erotismo para a relação objetal, pode ser tortuosa, oferecendo as disposições psíquicas para as neuroses.

O significado da realidade se dá, na concepção freudiana, como obstáculo, como impedimento do prazer, mesmo que esse impedimento seja temporário. O aparelho psíquico, portanto, sente a realidade como ameaçadora e tentará dela se livrar sempre que possível. A forma como esse processo se dará estabelecerá diferenças fundamentais para a atividade psíquica.

16 Note-se que racionalizações, intelectualizações e outras defesas contra a ansiedade são normalmente chamadas de *pensar* ou de *pensamento*



A evasão imediata da realidade ou a tolerância às suas exigências até que se alcance a gratificação é que oferecerá possibilidades de um desenvolvimento diferenciado do pensar.

Seguindo esse caminho iniciado por Freud, Bion traz importantes contribuições para a psicanálise e para nosso conhecimento quanto à natureza do pensamento e do processo de pensar. Estaremos, portanto, nos ocupando com as idéias desse autor na próxima seção.

2.2 - O pensamento em Bion

Da mesma maneira que se pode falar de uma psicanálise da sexualidade em Freud, de uma psicanálise da linguagem em Lacan, pode-se falar de uma psicanálise do pensamento em Bion, dadas as contribuições desse autor nessa área. (Resende, 1995).

A trajetória teórica desse autor será brevemente descrita aqui, pois ela nos pareceu relevante para o propósito deste trabalho. O primeiro trabalho de Bion que chamou a atenção da comunidade psicanalítica foi realizado durante a Segunda Guerra Mundial com soldados hospitalizados. Tendo assumido a chefia de uma unidade de recuperação, passou a introduzir novos e originais métodos de assistência psiquiátrica, visto que os próprios pacientes participaram da inovação desse método, sem a imposição que seu cargo de oficial lhe permitia. A descrição desse trabalho e as conclusões a que chegou compõem a primeira parte do livro *Experiências com grupos* de 1961. No pós-guerra, a convite da Clínica Tavistock, de Londres, passou a ocupar-se com pequenos grupos terapêuticos. Sua busca centrava-se nas tensões *intra-grupais* por lhe parecerem fundamentais nas atividades cooperativas dos membros dos grupos. Essa nova experiência ocupa o restante do livro

citado, no qual o autor já se mostra brilhante não só na metodologia analítica empregada como também na construção e desconstrução de teorias adequadas às experiências, as quais acompanhou como terapeuta de grupo.

Posteriormente começaram a surgir seus trabalhos com esquizofrênicos, momento em que se deixa influenciar pelas obras da psicanalista inglesa Melanie Klein, ofuscando em parte o brilhantismo encontrado no livro sobre grupos. Suas contribuições teóricas quanto ao funcionamento mental do esquizofrênico, entretanto, ainda encontram eco na atualidade, pois ofereceram uma melhor compreensão da mente humana para além do mundo esquizofrênico.

Embora seja necessário limitar a discussão de suas contribuições às que interessam a uma teoria do pensamento em psicanálise, não seria justo deixar de citá-las por representarem bem a evolução de sua trajetória analítica.

Entre essas contribuições psicanalíticas podemos citar: (1) as do pensamento psicótico e pensamento não psicótico, nas quais já se encontra uma diferenciação qualitativa entre os pensamentos; (2) a do ódio à realidade frente às frustrações, sendo essa um uso conseqüente de dois trabalhos de Freud, *Neurose e Psicose*, de 1924 e *Formulações sobre os dois Princípios do Funcionamento Mental*, de 1911; (3) o uso da palavra como ação, em que essa perde a função comunicativa e passa a funcionar como um meio de controlar o outro; (4) as relações objetais prematuras e precipitadas dos psicóticos; (5) os órgãos dos sentidos usados como função de introjeção e de projeção; (6) aquelas a respeito da teoria dos vínculos, ou seja, a respeito de tudo aquilo que pode vincular os objetos, como o amor (vínculo L), o ódio (vínculo H) e o conhecimento (vínculo K).

Na década de 60, com a publicação de seu livro *O aprender com experiência* (1991), Bion parece ter se dado conta da insuficiência das formulações de Melanie Klein para responder aos constantes problemas decorrentes dos distúrbios do pensamento na esfera clínica.

Os problemas relativos aos distúrbios do pensamento passam então a ocupar o eixo central de sua obra. A preocupação de Bion com esses distúrbios concentra-se na seguinte questão: Por que entre duas pessoas, ambas supostamente portadoras de sanidade mental, uma consegue perceber que as crenças que desfruta sobre si e sobre o mundo são sempre hipotéticas e transitórias, sendo apenas as melhores que se tem disponível até o momento, e outra acredita ser possuidora de *verdades inquestionáveis*? Na medida em que a Psicopatologia Psiquiátrica não descreve esses distúrbios do pensamento, admitindo mesmo que aqueles indivíduos portadores de *conhecimentos absolutos* a respeito do mundo não revelam qualquer alteração do pensamento, Bion introduz a idéia de "pensamento psicótico do indivíduo sadio" para descrevê-los. Essas questões e correlatas ocupam o autor no livro *O aprender com experiência* (1991) e serão consideradas a seguir.

Acrescentando contribuições psicanalíticas aos problemas do conhecimento e do aprendizado pela experiência, Bion introduz, de empréstimo da Filosofia e da Matemática, os conceitos de *Função* e de *Fator* para lidar com problemas psicológicos. Pelas palavras do próprio autor: "...Função" é o nome para a atividade mental própria a um número de fatores atuando em consonância. "Fator" é o nome para uma atividade mental que opera em consonância com outras atividades, constituindo uma função." (Bion, 1991, p.19). Podemos exemplificar: É *função da*

personalidade do autor desta dissertação escrevê-la e são *fatores* dessa função as suas próprias exigências profissionais e acadêmicas, o seu interesse em aprender e organizar melhor sua experiência clínica, sua disponibilidade ao trabalho, sua curiosidade, sua preferência por certos problemas, entre outros. É, portanto, o conjunto desses fatores atuando em consonância que desempenha a função de escrevê-la. Obviamente devemos considerar que existem *fatores estimulantes* e *fatores obstrutivos* à realização da função.

Essa proposta da consideração de função e de fatores para se dar conta de alguns problemas psicológicos reativa o conceito freudiano de causalidade múltipla e vem proteger a Psicanálise do simplismo da causalidade linear a que esta vem sendo submetida, como na célebre frase popular: *Freud explica*. Bion trabalha explicitamente com esse problema da causalidade nos *Comentários* do livro *Estudos Psicanalíticos Revisados* (1988) e, posteriormente, em *As transformações* (1991).

Na linha das discussões dos conceitos de função e de fator, Bion considera a existência na personalidade de uma hipotética *função-alfa*. Essa função estaria encarregada de transformar as impressões sensoriais e as experiências emocionais em *elementos-alfa* que estariam disponíveis para os pensamentos oníricos da vigília que bem seriam representados, por exemplo, pela construção mental de hipóteses, assim como pelo reconhecimento da natureza hipotética de nossas crenças. No entanto, a conjunção de diversos fatores, ao invés de possibilitar a execução, com êxito, da *função-alfa*, pode levá-la ao fracasso no seu intento de transformação das impressões sensoriais e das experiências emocionais, permanecendo essas inalteradas. Tem-se como resultado da inoperância da *função-alfa* o que Bion denominou de

elementos -beta: “Ao contrário dos elementos-alfa, os elementos-beta não são experimentados como fenômenos, mas como coisas em si¹⁷”. (Bion, 1991, p. 25)

A expressão função-alfa é, propositadamente, desprovida de significado, pois a intenção do autor é que ela funcione como uma incógnita, “... de vez que o objetivo da expressão é prover a investigação psicanalítica do equivalente à variável dos matemáticos...”. (Bion, 1991, p. 20)

Com o conceito de função-alfa, a psicanálise parece ter encontrado uma teoria apropriada para lidar com os freqüentes problemas do pensamento humano na clínica psicanalítica e na vida, particularmente do pensamento fático, concreto, psicótico, como quer Bion. A ocorrência desses pensamentos se dá, porém, tanto em indivíduos doentes, do ponto de vista mental, como nos sadios. Em função disso, o autor propõe as designações *psicose insana* e *psicose sã*, parecendo o primeiro termo relacionar-se àquilo que a psiquiatria denomina de transtornos psicóticos, como no caso da esquizofrenia, e o segundo termo corresponderia a um estado de perturbação do indivíduo sem qualquer patologia mental aparente, mesmo para o psiquiatra.

Há um outro problema na órbita do *O aprender com experiência*, cuja discussão parece oportuna. A Psicanálise não se contenta em tentar responder aos desafios que a clínica lhe impõe, como no caso particular dos problemas do pensamento e, às vezes, deixa de cuidar dos acontecimentos clínicos aos quais seu método clínico/investigativo são apropriados e se arrisca em tarefas mais ambiciosas como, por exemplo, dar conta da gênese dos fenômenos

17 Bion utiliza a denominação *coisa em si* de Kant para referir-se aos objetos incognoscíveis pelo indivíduo.

anímicos. Nesse caminho, Bion propõe-se a elaborar hipóteses sobre os problemas da *gênese do pensamento*, em termos analíticos, a partir da experiência clínica, embora ele mesmo faça restrições a essas inferências:

... eis duas grandes causas de erros; o hiato semântico a transpor entre adultos que examinam o assunto e a justeza científica de atribuir à experiência infantil modificada, embora reconhecidamente similar. (Bion, 1991, p. 56)

...ainda que seja muito difícil penetrar na mente adulta mediante uma análise, ainda o é menos que penetrar na mente de um lactante mediante hipóteses especulativas (grifo nosso). (Bion, 1991, p.59)

...mas se está a um passo do absurdo de atribuir ao lactante idéias, pensamentos e conceitos acerca do que um adulto chama de "sentimento" que honrariam a Kant. (Bion, 1991, p.63)

Apesar dessas ressalvas, Bion lança suas hipóteses acerca da gênese dos pensamentos. O texto de Bion mais relevante para a proposta deste trabalho é *Uma Teoria Sobre o Processo de Pensar*, encontrado no livro *Estudos Psicanalíticos Revisados* (1988) e em *Elementos em Psicanálise* (1991).

Admitindo que os problemas do pensamento são uma questão também da filosofia, Bion propõe a construção de um sistema teórico, considerando a seguinte analogia: assim como a filosofia está para a matemática pura, a psicanálise está para a matemática aplicada.

Segundo ele, o ato de pensar é resultante de dois



desenvolvimentos mentais básicos: a formação de pensamentos e a de um *aparelho* que deles se encarregue, que será chamado de *processo de pensar*. Diferindo de outras teorias nas quais os pensamentos são concebidos, fundamentalmente, como produto do processo de pensar, para Bion (1967. p.102): "...O processo de pensar passa a existir para lidar com os pensamentos".

Os pensamentos, como quer Bion, classificam-se evolutivamente em elementos-beta, elementos-alfa, pensamentos oníricos, pré-concepções, concepções, conceitos, sistema dedutivo científico e cálculo algébrico.

Os elementos-beta são as impressões sensoriais e as experiências emocionais que não foram modificadas pela função-alfa, ou seja, não foram abstraídas. Os elementos-alfa são o resultado dessa modificação. As *pre-concepções*, que se apresentam na forma de uma expectativa, encontram sua analogia no conceito kantiano de *pensamentos vazios*, que são, para o filósofo alemão, pensamentos não acompanhados por nenhuma intuição sensível. Para que possamos esclarecer melhor essas idéias de Bion, utilizaremos o modelo psicanalítico bebê/seio.

O bebê tem uma disposição inata, uma expectativa, uma pre-concepção de um seio. Quando ocorre o encontro desta pre-concepção com a *realização* do seio, tem-se uma *concepção*. As pre-concepções não coincidem com o conceito de pulsão, são mobilizadas por elas, mas dizem mais respeito a um conhecimento *a priori*. As concepções estão, no entanto, sempre associadas à experiência emocional de satisfação.

Os pensamentos (protopensamentos), por sua vez,

formar-se-iam da união entre uma pre-concepção com uma frustração. Esse processo se dá quando o bebê, que tem a expectativa do seio, encontra a realização negativa (não-seio), quando ele “encontra a ausência” deste. A esta experiência emocional do bebê relativa à vivência de um seio ausente dentro dele dá-se o nome de frustração. O que é fundamental, entretanto, nesta experiência, é a capacidade que tem o bebê em tolerar ou não esse sentimento de frustração, pois disso decorrerá a decisão de, dela evadir, ou de modificá-la.

Sendo a capacidade de tolerância à frustração suficiente, a ausência de satisfação despertará processos mentais que podemos denominar pensamento e, então, se desenvolve um aparelho para pensá-lo. É a capacidade em tolerar frustrações até o momento possível para a satisfação do desejo que dá início, simultaneamente, à passagem do *princípio de prazer* para o *princípio de realidade* e à capacidade para pensar. Esse é o nosso entendimento de acordo com as hipóteses perseguidas até aqui.

Se predominar, entretanto, uma incapacidade para se tolerar frustrações, a tendência do aparelho psíquico se dará no sentido de evasão e não de uma tolerância à mesma até ser possível uma gratificação e uma modificação apropriada da realidade. Tenta-se por vários meios conservar o estado mental relativo ao princípio de prazer e ocorre um afastamento das circunstâncias necessárias para a formação de pensamentos e de um aparelho para pensar, pelo menos aqueles não psicóticos, como veremos adiante.

Bion vale-se da teoria psicanalítica de Melanie Klein para criar um modelo que dê conta da gênese do pensamento. Na teoria kleiniana da dissociação entre o seio bom e o seio mau, considera-se que o bebê vivencia como seio bom aquela circunstância que permite a

realização imediata do desejo e, como seio mau aquela em que a realização de desejo é frustrada. O seio mau presente dentro do aparelho psíquico causa um grande desconforto, a ponto de se ter uma pressão constante no sentido de expulsá-lo. O mecanismo mais adequado para esta expulsão é, segundo M. Klein, a identificação projetiva¹⁸:

A formação de pensamentos e da capacidade para pensar, assim como a formação de mecanismos projetivos ou outras defesas, são inteiramente dependentes da capacidade da mente em tolerar frustrações. Diz Bion (1967, p.103): "O ponto crucial está na decisão entre fugir da frustração ou modificá-la".

Embora a capacidade para pensar possa diminuir o sentimento de frustração pertinente ao intervalo necessário para a realização do desejo, a intolerância, quando muito intensa, pode impedir o desenvolvimento de pensamentos, pois implica sempre em mecanismos de evasão da frustração. Se, no entanto, esta intolerância não for intensa a ponto de se acionar a evasão, mas o suficiente para que se impeça o predomínio do *princípio de realidade*, desenvolve-se o pensamento onisciente em substituição à união entre uma preconcepção com uma "realização" negativa. Nestas circunstâncias, o aparelho psíquico fica obstruído para apreciar a necessidade de pensamentos e do pensar para a aquisição de uma crença através da experiência.

Não há, portanto, qualquer atividade psíquica para discriminar o verdadeiro do falso. A onisciência substitui a discriminação entre o verdadeiro e o falso pela afirmação ditatorial de que uma coisa é moralmente certa e outra errada. A pretensão de ter uma onisciência que negue a realidade seguramente faz

18 Identificação projetiva é o termo utilizado por Melanie Klein (1982) para designar um mecanismo defensivo onde o ego é cindido e partes dele são projetadas no objeto com a finalidade de controle.

*com que a moralidade, que nessas condições se forma, seja uma função da psicose*¹⁹. (Bion, 1967. p. 104).

Bion considera que uma das condições que afetam a sobrevivência do bebê é sua própria personalidade, sendo a mãe a responsável pelo manejo dessa. O bebê, através da identificação projetiva, coloca na mãe toda a angústia relativa à sua fragilidade diante das ameaças externas e internas. Uma mãe equilibrada toma esta angústia, este temor, e os suporta o tempo necessário para sua minimização e reage de modo a fazer com que o bebê receba de volta sua angústia projetada, mas agora de forma mais tolerável, de modo que ele possa então começar a manejar seus próprios temores²⁰.

Se ocorrer, no entanto, que a mãe não tolere as sucessivas identificações projetivas do bebê, os temores do infante serão reintrojetados com a mesma intensidade com que foram projetados e cria-se na mente do bebê a sensação de algo interno ruim, destruidor, continuando a necessidade de expulsão, evacuação, projeção deste sentimento.

As conseqüências desta incontinência e intolerância da mãe são muito danosas para o desenvolvimento da capacidade de pensar na mente do bebê e, por conseqüência, acarretam prejuízos no desenvolvimento mental na vida adulta.

Torna-se, portanto, um ponto central para o

19 O termo *psicose* empregado aqui por Bion diz respeito a uma atividade mental do indivíduo supostamente saudável e não ao uso psiquiátrico do termo que se refere a uma doença mental. Bion, ao longo de sua obra, utiliza a denominação parte psicótica e parte não-psicótica da personalidade para se referir a atividades mentais de indivíduos supostamente sãos que podem, ou não, se submeterem à observância do princípio de realidade.

20 Para esta relação entre a mãe e o bebê, utiliza-se a denominação *continência da identificação projetiva*.

desenvolvimento de uma teoria do pensamento em Psicanálise a capacidade individual em se tolerar frustrações até que se garanta a satisfação. E é esta capacidade de tolerar frustração um dos fatores primordiais para a adequada operacionalização da função-alfa.

Retornaremos agora às teorias das funções de Bion, nas quais a função-alfa mostrará sua importância, particularmente nos problemas do pensamento e do pensar. Em sua teoria, Bion concebe que é a partir da formação de elementos-alfa que se possibilita a aquisição de pensamentos e do pensar, pelo menos de pensamentos e do pensar não-psicótico.

Para que possamos diferenciar as atividades²¹ mentais psicóticas das não-psicóticas (ver nota de rodapé da p.50) recorreremos a Nogueira (1993. p. 218), que descreve essa diferenciação com muita clareza. Começaremos com sua descrição das atividades mentais não-psicóticas:

... trata-se de uma atividade mental que revela capacidade para consideração da experiência, interna e externa, incluindo-se aqui o mental alheio e a necessidade de sua observação, capacidade para evolução (aperfeiçoamento/reconsideração) e o reconhecimento da necessidade de tempo e trabalho para esses processos. Nestes termos, podemos ainda caracterizá-la como uma atividade que, valendo-se da observação e experiência, verifica, avalia, pondera, discute, questiona, duvida, revê, tenta renovar, constrói hipóteses e as valida ou refuta e se reconhece transitória em suas respostas e resultados; seu campo de ação é o presente e o futuro imediato – quanto mais se afasta destes, tanto mais se carrega da

21 Nogueira utiliza o termo "atividade" para designar aquilo que Bion denomina "partes", por entender ser esse termo mais adequado ao dinamismo do funcionamento mental.

consciência do hipotético-conjectural de suas formulações e de cautela em suas afirmativas.

Para a existência de atividades mentais não-psicóticas, faz-se fundamental uma função-alfa operante, pois só com a capacidade que tem a personalidade de transformação das experiências emocionais e das impressões sensoriais em elementos alfa, é que se faz possível o abandono do pensamento vivenciado como concreto para a entrada no representacional.

No predomínio da atividade mental psicótica, entretanto, o indivíduo perde a capacidade de consideração da realidade e da experiência, o pensamento adquire uma característica onipotente e o aprender, que já não é mais necessário, é substituído pela *alucnose*²². Desconsidera-se a necessidade de esforço e de tempo para a aquisição de conhecimento, não há mais dúvidas, há apenas certezas, verdades, e se está então preparado para a ação, que não busca uma modificação adequada da realidade, mas busca, sim, um alívio imediato da tensão existente no aparelho psíquico, que não pode tolerá-la.

Resumindo, da mesma maneira que as impressões sensoriais e as experiências emocionais têm de ser transformadas pela função-alfa para serem utilizadas na formação de pensamentos, os pensamentos também têm de ser trabalhados para serem utilizados em uma ação adequada e modificadora da realidade. E é o processo de pensar que realiza este trabalho. Os pensamentos exercem uma pressão sobre a mente para que sejam pensados, como diz Bion (1980).

22 O termo *alucnose* é empregado por Bion para designar a atividade mental em que ocorre uma crença falsa, levando a uma distorção da realidade. Embora este termo se aproxime muito do termo *alucinação* empregado em psiquiatria, o conceito está mais próximo da idéia de delírio.

Na nossa concepção, o processo de pensar não-psicótico, na teoria bioniana, é dependente da existência de independência e de liberdade entre os pensamentos para que esses, considerando tanto a realidade externa como a realidade interna, possam interagir e ganhar a possibilidade de alcançarem algum conhecimento:

Os elementos dos muitos sistemas dedutivos científicos devem poder se recombinar, do qual um exemplo familiar é o uso de uma hipótese de um sistema dedutivo como premissa para outro sistema dedutivo diferente. Sobre essa teoria, a liberdade necessária a tais recombinações depende das emoções que invadem a psique, pois elas são os conectivos entre os sistemas dedutivos científicos e os elementos $\mathcal{O}^{\mathfrak{h}}$ ²³. Tolerar a dúvida e um sentido de infinito são os conectivos essenciais em $\mathcal{O}^{\mathfrak{h}}$ se K ²⁴ há de ser possível. (Bion, 1991, p. 129)

As relações entre os pensamentos pressupõem a existência de uma independência entre esses, pelo menos quanto aos pensamentos não-psicóticos, e essa independência, na concepção de Bion, necessita de uma tolerância à angústia que invade a mente daquele que, não dispondo de um conhecimento seguro, aguarda até que tal conhecimento seja alcançado, quando pode ser alcançado. São esses, portanto dois elementos importantes para o processo de pensar não-psicótico: a independência necessária à interação entre os pensamentos e a tolerância à angústia que esse processo impõe à psique.

Quando esse processo pode ser tolerado, surge diante do disperso, da desordem entre os pensamentos, um sentido de coerência

23 - $\mathcal{O}^{\mathfrak{h}}$ - este símbolo representaria tudo aquilo (pensamentos, emoções) que pode ser contido, ou não, pelo aparelho psíquico.

24 - "K" é o símbolo utilizado por Bion para representar o conhecimento.

que lhe confere ordem. A esse fato que confere coerência ao antes disperso, Bion (1991, p. 104 –105) adota o nome de fato selecionado:

A relação entre as hipóteses do sistema dedutivo científico, ou seja, a conexão lógica entre elas, em relevo pelo sistema dedutivo, caracteriza o pensamento racional consciente, mas não a relação entre os elementos da realização, nas quais os elementos parecem unir-se como resultado do descobrimento de um fato selecionado. É o fato selecionado o nome de uma experiência emocional, a experiência emocional de um sentido de descobrimento da coerência; seu significado é, portanto, epistemológico e não se deve supor que as relações entre os fatos selecionados seja lógica.

No pensar psicótico (são ou insano), não há a independência e a tolerância necessárias para aquisição de conhecimento, pois a onisciência conduz o processo de pensamento com a ilusão de que já se tem um conhecimento seguro e de que, portanto, não há mais nada a conhecer. Não há, nessa circunstância, tolerância à angústia diante da desordem, diante do desconhecido, criando, o ego, defesas na forma de uma organização forçada por um indivíduo que pretende essa organização, e a cria para livrar-se da angústia.

Para uma teoria do pensamento e do pensar, em Bion, temos, portanto, que considerar:

- A natureza da história evolutiva do “pensamento” em elementos-beta, elementos-alfa, pensamentos oníricos, preconcepções, concepções, conceitos, sistema dedutivo científico e cálculo algébrico.
- A ocorrência da realização negativa, ou seja, o encontro de uma preconcepção com a ausência do objeto de desejo.

- A capacidade de reverie da mãe para tolerar as sucessivas identificações projetivas do bebê.
- A decorrente capacidade do bebê para tolerar as frustrações produzidas pela não realização do desejo, o que implica a observância do princípio da realidade em detrimento do princípio do prazer.
- A possibilidade de transformação das experiências emocionais e impressões sensoriais em elementos disponíveis para a formação de pensamentos (teoria das funções e função-alfa).

A teoria do pensamento de Bion, além de representar uma evolução em relação aos esforços iniciais de Freud em conceituar o pensar, contidos no *Projeto de uma Psicologia*, adquire uma maior importância na medida em que toma uma posição central na psicanálise, possibilitando uma melhor utilização no caminho de uma prática clínica mais científica.

Como o propósito desse estudo é encaminhar essa teoria psicanalítica sobre o pensamento numa relação com a teoria da auto-organização, buscando oferecer alguma contribuição para a ciência da mente, no próximo capítulo discutiremos as questões relativas ao paradigma da auto-organização para que, enfim, possamos concluir com as possíveis relações entre essas duas áreas do conhecimento.

CAPÍTULO III

O PARADIGMA DA AUTO-ORGANIZAÇÃO

Os conceitos da auto-organização têm oferecido a vários ramos da ciência possibilidades realmente inovadoras, em que se poderiam encontrar bases novas e talvez mais seguras para a compreensão de fenômenos físicos, biológicos e mesmo psicológicos. Esses conceitos podem ser compreendidos como constituindo um novo paradigma para a ciência, sobretudo para a constituição de uma ciência da mente.

Perseguindo o propósito específico de um esclarecimento sobre o funcionamento mental, segundo uma perspectiva dinâmica, faremos uma abordagem da auto-organização segundo os conceitos de Atlan (1992), Debrun (1996), Morin (1996) e Gonzalez (1996). Na seção 3.1 discutiremos sobre o sujeito, o pensar e a consciência, sendo a seção 3.2 dedicada aos conceitos da auto-organização.

3.1- ATLAN: O sujeito e a consciência

Atlan (1992), refletindo a respeito do fim do humanismo, acredita que a concepção clássica de homem, aquele existente enquanto sistema fechado e detentor da razão onipotente, realizador, criador e senhor da ordem, está fadada a desaparecer. Essa concepção clássica dominou o século XIX e o início do século XX.

Ainda que queira, o homem não possui a capacidade, tão

desejada, de controle de todas as coisas. Se é capaz de criar, não é capaz de gerir sua criação, sendo vencido constantemente pelo grupo ao qual pertence e sobre o qual não tem controle. Este homem onipotente que pretende, pela razão, subordinar todas as coisas da natureza, tudo o que imagina estar ao seu alcance, inclusive o próprio homem, tem sua força na arrogância com que ele se vê, centrado em seu egocentrismo e desejoso de ser único.

Entre as várias constatações que têm contribuído para retirar do trono este homem soberano, destacam-se a importância do *acaso* na organização dos seres vivos e a introdução da noção de *inconsciente* como aspecto relevante no psiquismo humano.

O papel dos sistemas abertos auto-organizadores que adquirem maior complexidade através do ruído, tanto no orgânico, como no psíquico, não deixa mais lugar para a crença no humano único, inteiro e acabado, que controla o mundo com sua vontade e razão.

Atlan (1992) pretende estender os conhecimentos adquiridos com os sistemas biológicos auto-organizadores para o funcionamento mental. Como a relação entre auto-organização e funcionamento mental constitui-se o foco de nosso interesse nesse trabalho, trataremos dela a seguir.

A partir da lógica da auto-organização, que eleva o novo, o criativo para um plano central, Atlan (1992) não vê mais possibilidades de subscrever a concepção determinista que percebe o homem como produto exato de seu código genético e admite, como ilusória, a sua sensação de autonomia. Mesmo considerando a existência de rigorosas determinações genéticas nos organismos, é evidente a importância do acaso, do novo, numa crescente complexidade biológica, nos fenômenos

da vida.

Admitindo-se a autonomia²⁵ dos seres conscientes, não como ilusória, tampouco como absoluta, resta-nos correspondê-la a uma realidade a qual Atlan procura explicitar com base nos processos auto-organizadores biológicos, em nível celular, a partir dos processos enzimáticos de auto-organização protéica que necessitam dos mecanismos de replicação em moldes dos ácidos nucleicos:

Estes [mecanismos de replicação] desempenham o papel de uma memória estabilizadora que permite que estruturas funcionais surgidas no curso de flutuações se reproduzam e, desse modo, sejam mantidas a um custo mínimo, a despeito dos efeitos destrutivos sempre presentes dessas flutuações. Basta estender essas idéias ao campo de nossas memórias corticais, atuantes nos sistemas auto-organizadores que também somos, para explicar aquilo que nos aparece como nossa consciência e nossa vontade. (Atlan, 1992. p.118)

A estratégia utilizada por Atlan é a de dissociar o que ele chama de *vontade consciente* em *vontade* e *consciência*. A vontade é inteiramente dependente do mecanismo de auto-organização inconsciente, que adquire complexidade a partir do ruído. A vontade nos dá um sentido para a realização de uma determinada ação, mas ela não pode ser apreendida em sua totalidade, visto que se constitui, a todo momento, num processo *auto* em relação constante com o meio ambiente. Com essa dissociação entre vontade e consciência, Atlan permite-nos perceber, com clareza, que aquilo que se pode considerar ilusório é a associação imediata e instintiva de nossa consciência com

25 Consideramos aqui a noção complexa de autonomia de Morin, em relação ao meio ambiente, ou seja, quanto mais independente do meio externo, mais dependente o indivíduo também o será (ver seção 1.2 do cap. 1 desta dissertação).

nossa vontade como fator determinante para a ação:

Na verdade, as coisas que acontecem raramente são as que queremos. Parece que não somos nós que as fazemos, muito embora saibamos que nós é que a fizemos. E isso deve nos surpreender, já que só nos sentimos querendo com uma parte de nós mesmos – a consciência voluntária –, ao passo que fazemos com a totalidade de nós. Ora, essa totalidade de nós parece nos escapar, e mergulha cada vez mais no abismo do desconhecido, à medida que o inconsciente se desvela – quando se desvela. (Atlan, 1992, p.118)

Estamos, pois, diante da perspectiva de um “eu” realizador, mas não possuidor da consciência de sua realização, pelo menos de toda a consciência. Não há, pois, nessa concepção de Atlan, um caminho pré-construído para a realização de uma ação, há sim um caminho que se constrói na medida em que a ação se realiza:

É que essa totalidade, de fato, não pode ser conhecida – conscientizada – como força orientada para o futuro, pela simples razão de que ela vai se constituindo à medida que age, de maneira imprevisível, determinada entre outras coisas, pelas agressões contingentes – mas indispensáveis – do meio ambiente. Em outras palavras, o verdadeiro querer, aquele que é eficaz, por ser o que se realiza – o “pseudo-programa”, tal como se afigura a posteriori –, o verdadeiro querer é inconsciente. As coisas se fazem através de nós. O querer se situa em todas as nossas células, no nível, muito precisamente, de suas interações com todos os fatores aleatórios do ambiente. É aí que o futuro se constrói. (Atlan, 1992, p.118-119)

A vontade tem uma direção certa, sua meta é o futuro. Ela

se produz sem que possamos controlá-la e se dirige para onde não temos alcance. Já a consciência diz respeito ao passado, ao que já foi conhecido: "...um fenômeno de consciência é uma presença do conhecido", diz Atlan (1992, p.119). A contraposição que se estabelece, então, é entre o passado, o conhecido, que tem como representante a consciência, e o futuro que é, fundamentalmente, o desconhecido. A consciência representaria, nessa concepção, a presença do passado, da memória, em sistemas auto-organizadores. A memória aqui não é entendida como fenômeno metafísico, mas como uma estrutura portadora de informações em uma máquina organizadora.

Atlan (1992) caracteriza o homem como um sistema *auto-organizador*, o *inconsciente*, dotado de uma memória, a consciência. No entanto, como a memória e a faculdade de auto-organização não podem coexistir num sistema sem que, necessariamente, interajam entre si, decorrem daí os fenômenos mentais secundários: a consciência voluntária e o desvelamento do inconsciente.

A consciência voluntária e o querer seriam aqueles fenômenos mentais resultantes da interação entre a consciência-memória do passado e o querer-inconsciente do futuro. A consciência-memória se dá na forma de programas cujos elementos já foram registrados; e o querer inconsciente se dá como emergência de processos auto-organizadores, a partir do ruído, determinando o futuro. Atlan admite, ainda, a possibilidade de os processos auto-organizadores utilizarem, de forma sistemática, a memória, independentemente do nível de sua ocorrência, acarretando o que foi chamado de desvelamento inconsciente. Esse processo mantém uma proporcionalidade: quanto mais a memória é utilizada pelo sistema, mais aumenta a possibilidade de interação com os processos auto-organizadores e, portanto, mais se evidencia a consciência voluntária e os fenômenos de desvelamento

inconsciente. Decorre disso uma discordância, não manifesta, com a ideologia psicanalítica dominante, pois Atlan acredita que a vida do inconsciente não pode ser reduzida ao recalçamento de desejos e pulsões.

Atlan se detém, ainda, na gênese dos delírios. Ele acredita que o delírio não é um distúrbio da relação real-irreal, com uma distorção do pensamento para o imaginário. O delírio se constitui a partir de uma fixação do processo de interpretação, num determinado estágio do desenvolvimento, mantendo alguns padrões como imutáveis, sem a possibilidade renovadora do contato com o ambiente. Há um fechamento do indivíduo em si mesmo, perdendo o contato – feedback – com a realidade externa. A diferença fundamental entre o delírio e o pensamento organizador está em que o primeiro se cristaliza e perde a função inovadora do segundo.

Todo produto do pensamento no mundo do mental é, inicialmente, um funcionamento delirante. O que o fixa como tal, porém, é a sua incapacidade de se manter como sistema aberto, sendo incapaz de se modificar com o meio ambiente através da experiência, não deixando espaço para a novidade. A causa desse distúrbio é, para Atlan, uma emergência precoce do processo de auto-organização na consciência. O processo perde sua capacidade de mobilidade e se sedimenta precocemente. O que deveria permanecer aberto, móvel e inconsciente, passa a ser fechado, imóvel e consciente: assim é que se daria o funcionamento delirante, uma fixação intempestiva na memória.

A forma pela qual o inconsciente se revela, manifestando sua memória, é a de uma certa linguagem, podendo ser esta falada ou escrita, clara ou confusa, ou ainda de outras formas. Sua inscrição na consciência, entretanto, se dará de duas formas distintas: como

habitualmente ocorre numa manifestação clara da memória, sem interferência significativa do inconsciente, dando a impressão de que há ali um sujeito falante; ou como emergência, na consciência, de processos inconscientes, impondo-nos a dúvida de quem é que está falando. Nesse último caso, sem uma manifestação pura de consciência, o que parece ocorrer é uma insistência dos processos anônimos de auto-organização em inscrever-se na memória, não se contentando apenas em construir o futuro, mas também querendo constituir o passado.

O sujeito, para Atlan, é um sistema auto-organizador, no qual o querer inconsciente e a consciência se unem simetricamente para unir o passado ao futuro, num sistema aberto para o meio ambiente.

3.2 – A teoria da Auto-Organização

A teoria da Auto-Organização, conceituada por Debrun (1996), a partir de idéias do senso-comum (intuitivas), diz respeito a um processo que se inicia através do rompimento com uma continuidade e que é promovido pelo encontro e interação entre elementos distintos ou semidistintos, sem a presença de um sujeito onipotente, ou de determinações pré-existentes, e que culmina com o surgimento de um atrator e de uma forma final organizada. Tal forma não é apenas o produto de sua condição de partida ou do intercâmbio com o meio, sendo o novo, aqui, o próprio processo, com suas características intrínsecas. Quanto maior o hiato entre as condições de partida e a forma final, maior será o grau de auto-organização.

Para a discussão sobre auto-organização, portanto, as seguintes noções se fazem centrais: condições de partida, elementos distintos, encontro e interação, ausência de sujeito, atratores e término do

processo.

“A auto-organização contém seu próprio começo, mas não o produz.” (Debrun, 1996). Ela se inicia através de uma condição de partida, que representa sempre um rompimento com uma continuidade, mas não depende desta condição para a ocorrência do processo. O que caracteriza esse rompimento é, fundamentalmente, um corte com o passado, oferecendo independência aos elementos distintos na relação de uns com os outros. Mesmo sendo a condição de partida não determinante do processo de auto-organização, este depende muito de seu início, pois, como considera Debrun (1996, p. 34-35), ele não é um prolongamento ou desdobramento de um processo anterior, não é comandado por um código inato rígido, não se reduz à maturação ou explicitação de uma estrutura inata ou, ainda, à simples aplicação de regras.

O que se entende por auto-organização primária representa sempre um potencial de novidade, pois não guarda nenhum compromisso com a continuidade de um sistema preexistente, sendo então uma *criação* e não o resultado de um processo mecânico. A ruptura com esta continuidade libera elementos distintos para a ocorrência de um encontro. Faz-se necessário, no entanto, que estes elementos sejam realmente distintos e que não exista entre eles qualquer vínculo preexistente ou condicionamentos prévios, o que garante a existência do acaso nesse encontro, ao menos em seu início.

A auto-organização comporta, ainda, entre seus elementos, um grau mínimo de redundância para que alguma combinação possa se realizar, considerando que mesmo elementos distintos pertencem a campos comuns como o gravitacional, o psicológico, o nuclear, etc. Assim se faz necessária, para a viabilidade do

processo de auto-organização, a presença de elementos realmente distintos, mas que guardem entre si alguma redundância. Ocorre também que alguns processos se auto-organizam secundariamente, no interior de um *ser* que os pretende e que não se comporta, no entanto, como dominante no processo, participando no máximo, como hegemônico. Tais processos partem, assim, de uma organização já dada, mas que, com ocorrência de um rompimento com sua continuidade, adquire maior complexidade, envolvendo, portanto, um aprendizado. Para Gonzalez (1994), tal processo só pode ocorrer em seres vivos, pois apenas nestes se observa a existência de uma *continuidade*. Por tais características, este processo (secundário) reserva entre seus elementos não uma distinção, mas uma semi-distinção, já que estes partem do interior de um ser já existente (organizado).

... Neste sentido, apenas os organismos vivos poderiam se auto-organizar secundariamente, pois só eles possuem a capacidade de desenvolver critérios de relevância que lhes permitam distinguir o adequado do inadequado, o bom do mal, ainda que num sentido estritamente relativo à sua própria estrutura. (Gonzalez, 1994, p. 285)

Podemos, então, considerar auto-organização primária aquele processo que ocorreu na ausência de um sujeito controlador e do qual participam elementos realmente distintos, e auto-organização secundária, o processo que se inicia a partir de uma organização já existente e adquire, através de um rompimento, uma maior complexidade, proveniente da interação de elementos semi-distintos.

Ainda através das condições de partida, com a quebra da continuidade de um sistema e com a liberdade adquirida através desta, estabelece-se a possibilidade de encontros entre os elementos. Estes

encontros têm mais uma característica de acavalamento que de justaposição Debrun (1996). Entendemos o acavalamento como uma proximidade entre os elementos, em que se mantém uma completa desordem, sendo a justaposição uma proximidade com, pelo menos, alguma ordem. E é a partir desses encontros, com acavalamentos e justaposições, que pode surgir a interação, condição fundamental para a existência do processo auto-organizado. Com a crescente interação entre os elementos, as características de acavalamento vão se perdendo e o papel do acaso diminui progressivamente.

Debrun (1996) considera que uma interação bem sucedida se caracteriza por uma crescente *endogenização*, na qual se acentua progressivamente a diferença entre o que é *dentro* e o que é *fora*, e o processo se torna cada vez mais responsável pelo seu desenrolar. Este autor condiciona a ocorrência da auto-organização a três aspectos. Primeiro, o processo não deve ter um centro absoluto, tampouco um conhecimento prévio do andamento e do resultado do mesmo. Segundo, deve haver a constituição de um atrator que inexiste previamente ou é um atrator fraco ou indefinido. O atrator se consolida à medida que o acavalamento se transforma em sistema. Terceiro, o atrator se estrutura na presença de uma memória efetiva, onde se evidencia a diferença entre o passado e o presente. Debrun (1996) utiliza o termo *interioridade* para designar a cristalização de uma forma que evidencia a crescente distinção entre o todo e a parte, entre o dentro e o fora.

A conceituação de interação de Debrun (1996) é centrada fundamentalmente naquela existente entre os elementos distintos ou semidistintos no interior do processo. Gonzalez (1994) admite a existência de uma interação maior entre o processo de auto-organização e o meio ambiente, creditando à inteligência artificial o estatuto de um processo

de auto-organização não verdadeiro, por ser um sistema fechado sem interação com o meio.

Fundamental, também, para a auto-organização é a noção de sujeito. O processo de auto-organização não comporta a presença de um sujeito, pelo menos, a de um sujeito diretor, onipotente, dominante. Ou o sujeito está ausente, ou está presente de forma igualitária com os demais elementos. A existência de um sujeito absoluto e organizador retira da auto-organização seu fundamento e a transforma num processo de hetero-organização.

Sendo a idéia de sujeito um elemento fundamental de encontro entre a teoria do pensamento em Psicanálise e a auto-organização, será dedicada a ela o próximo capítulo desta dissertação.

Podemos organizar melhor as idéias acima utilizando a definição de Debrun (1996, p. 32, 49):

Há auto-organização cada vez que um processo de encontro e interação entre elementos distintos tende, sem intervenção de um supervisor, pelo menos um supervisor onipotente, à constituição de uma forma global (ou todo). [...] sedimenta progressivamente seu próprio atrator e portanto, se cria a si próprio enquanto sistema. [...] resulta essencialmente da própria interação e só em grau menor de sua condição de partida ou do intercâmbio com o ambiente.

CAPÍTULO IV

SOBRE A NOÇÃO DE SUJEITO

Quando pretendemos buscar algum conhecimento a respeito da mente, quando colocamos a mente como objeto de estudos, nos deteremos, inevitavelmente, no problema da pertinência do sujeito. De imediato, podem surgir as seguintes questões: a mente do sujeito?, ou o sujeito da mente? Qual a relação que se estabelece entre o sujeito e a mente?

Para um estudo da mente que se pretenda científico, deve-se levar em conta uma análise criteriosa do sujeito. Nesse capítulo discutiremos algumas noções relevantes sobre o sujeito, tendo em vista o nosso projeto sobre a mente. Iniciaremos então, na seção 4.1, com uma visão clássica sobre o tema, considerando o pensamento cartesiano e, a seguir, as idéias de pensadores contemporâneos como Jonh Searle, Karl. R. Popper, Edgar Morin, Michel Debrun e Sigmund Freud. Na seção 4.2 discutiremos o sujeito na Psicanálise, e na seção 4.3 estaremos abordando o sujeito e a formação da identidade pessoal na auto-organização.

4.1 – A influência cartesiana no estudo atual da mente

Uma noção geral sobre a concepção de sujeito faz-se necessária para o desenvolvimento desse trabalho, e a concepção de sujeito, segundo Descartes, em suas Primeira e Segunda *Meditações* de



1641, são esclarecedoras para esse propósito.

Nessas Meditações, Descartes pretende estabelecer algo que seja realmente novo e esclarecedor para o conhecimento humano e para isso acredita ter de fazer desmoronar todo o seu conhecimento adquirido até então. Inicia sua reformulação por uma crítica a todo conhecimento advindo do mundo dos sentidos, pois é através dele que vê fundamentado todo esse conhecimento. Considerando que os sentidos já muito o enganaram, a cautela lhe diz que não é confiável acreditar em quem já o enganou uma vez. Contudo, ele ressalta que não se pode duvidar totalmente dos sentidos, pois várias informações e impressões que eles oferecem parecem ser confiáveis.

Usando o artifício da dúvida metódica, Descartes passa a considerar tudo aquilo que acreditava existir até então como falso para que tivesse possibilidade de encontrar algo que fosse verdadeiro nas ciências, alguma coisa que fosse realmente segura e única.

Supondo a inexistência de um Deus verdadeiro e a existência de um gênio maligno que a todo tempo tenta falsear a realidade, Descartes encontra algo novo, que lhe parece certo, verdadeiro, qual seja: que “eu existo”, pois por mais que se possa utilizar desse artifício de que existe um ser enganador, de que todos os sentidos são enganadores, eles enganam sempre a alguém. Portanto: “Não há, então, dúvida alguma de que existo, se ele me engana; e, por mais que me engane, nunca poderá fazer com que eu nada seja.” Descartes (1999, p.258).

Concluindo que “eu existo”, Descartes não pode encontrar nada que lhe dê essa sustentação, pelo menos nada de corpóreo, pois todos os sentidos e a existência corpórea, igualmente, são enganadores.

A outra forma seria então o *pensar*, e aqui ele verifica que o pensamento é um atributo que lhe pertence e que esse é o único que não pode ser separado dele. Diz Descartes: "Eu sou, eu existo: isso é certo: mas por quanto tempo? Durante todo tempo em que eu penso; pois talvez poderia acontecer que, se eu parasse de pensar, ao mesmo tempo pararia de ser ou de existir. (Descartes, 1999, p.261)

Para Descartes, a única garantia da existência do ser é o entendimento do espírito, e não a imaginação e os sentidos. Descartes acredita que, afastando-se do mundo das formas e dos sentidos, tudo pode ser conhecido através dos pensamentos, entendimentos e dos julgamentos, os quais garantem realmente a existência do espírito humano.

O sujeito pensante é, pois, o que nos dá a garantia da existência humana nessa concepção cartesiana. No entanto, o que nos interessa mais do que a questão da existência, nesse contexto, é a natureza do sujeito pensante, sujeito esse que vem dominando a visão filosófica e científica até nossos dias.

Trata-se de um sujeito controlador da ação e dos pensamentos, com poderes de conduzir seu destino através de sua ação sobre o mundo. É, portanto, o sujeito racional da metafísica ocidental, embora se trate de um ser finito, no caso de Descartes. Essas idéias são justificadas a seguir.

Nos dois primeiros parágrafos da primeira meditação, Descartes expressa, de forma indireta, mas suficientemente clara, sua noção de sujeito.

Para bem fundamentar a sua tese sobre o pensamento e



também sua intenção, ele diz que aguardou o momento oportuno na sua vida, a idade madura, para então executar a tarefa de rever todas as suas opiniões equivocadas estabelecidas desde a infância. E que, num determinado momento, encontrando-se maduro e, portanto, livre de todas as preocupações, dizendo-se ainda mais tranqüilo após um período de solidão, ele se propõe a reformular e a demolir suas antigas opiniões, aquelas que se estabeleceram em sua mente ao longo da vida. Assim Descartes compreende o processo de pensar.

Acredita ele que as idéias e pensamentos estão estruturados dentro da mente como algo que possa se organizar a partir de um eu. Em outras palavras, a partir de um determinado momento, quando se deseja consciente e voluntariamente reformular antigas opiniões, basta um exercício disciplinado, guiado por um método apropriado, para que esse processo de transformação dos juízos se dê. Parece-nos importante ressaltar que os pensamentos, as idéias, e o entendimento, são para Descartes não só aquilo que define a existência humana, mas é sobretudo o representante do poder do sujeito sobre sua vida. Estamos, pois diante de um sujeito racional, com poderes sobre sua própria reestruturação mental. Os pensamentos para Descartes são, antes de mais nada, o produto do exercício de pensar de um sujeito racional e possuidor de uma vontade ilimitada.

Como este trabalho pretende fundamentalmente desenvolver-se em torno das concepções da teoria da auto-organização, nos será inevitável um confronto com Descartes. Assim, poderíamos dizer que a concepção cartesiana a respeito da natureza do pensamento e do pensar é fundamentalmente de natureza heterorganizada. Para ele, o pensar faz parte de um sujeito que, através da razão, produz pensamentos e, ao mesmo tempo, mantém o controle sobre o processo de pensar.



Descartes mostra, no entanto, que tem a percepção de que existem coisas na mente que se dão independentemente da sua vontade. Diz ele:

...porque essas antigas e habituais opiniões ainda me voltam com freqüência, dando-lhes a longa convivência que tiveram comigo o direito de ocuparem o meu espírito a despeito de mim e de se tornarem quase senhoras de minha convicção.
(Descartes, 1999, p.254)

...irei me demorar em considerar aqui os pensamentos que anteriormente nasciam por si mesmos em meu espírito e que eram inspirados somente pela minha natureza... (Descartes, 1999, p. 259)

De acordo com a nossa interpretação, Descartes teria a percepção da existência de atividades que desfrutam de certa autonomia funcionando em sua mente, ainda que nunca tenha sequer mencionado tal conceito em seus escritos. Seria, em todo caso, a atividade do sujeito do senso comum, não instruído pela dúvida, portanto, de um sujeito empírico, existente no plano psicológico que se contrapõe ao verdadeiro, fundamentado metafisicamente. Ainda que Descartes visse essa atividade autônoma, que se organiza por si só, como perniciosa, como algo a ser evitado no caminho da busca da verdade, ele acreditava que, com bastante atenção e cuidado, esses perigos poderiam ser dominados. O sujeito de Descartes é, portanto, um sujeito racional e controlador que pretende chegar até a verdade porque tem a possibilidade de conhecer e vencer os maus hábitos criados ao longo da vida. Voltam-se pois, os bons hábitos cartesianos para as atividades mentais controladas pela razão, em detrimento das autônomas, pois as primeiras criam a expectativa de rigor, de clareza, controle e conhecimento certo e seguro, enquanto que as segundas permitem um espaço aberto à insegurança no que diz

respeito ao conhecimento do mundo.

Parece-nos bastante razoável, portanto, que suas idéias tenham dominado todo o pensamento ocidental, tanto na filosofia como também na ciência.

Essa concepção de sujeito controlador do mundo externo e interno, que guarda consigo a capacidade de se autodeterminar e cuja razão é senhora das coisas, influenciou os pensadores modernos e permite-nos estabelecer um contraste com uma nova noção de sujeito introduzida por pensadores que citaremos a seguir.

Dupuy (1996, p. 213 -214) sugere a idéia de que a cibernética nos dá os meios formais de pensar uma categoria de processos sem sujeito, pelo menos sem um sujeito absoluto controlador de todas as suas ações. Ele considera que o conhecimento é constitutivo do indivíduo mas não é constituído por um indivíduo, ele considera, pois, que é no saber coletivo que o sujeito vai se construindo. Ou seja, é um saber sem um sujeito absoluto, que vai se construindo na composição de regras. Hayek___ in Dupuy (1996, p.214) diz:

A mente não fabrica regras tanto quanto se compõe de regras para a ação...Temos a nosso serviço um experiência tão rica, não por que possuímos essa experiência, mas sim porque, sem que o saibamos, ela se incorporou nos esquemas de pensamento que nos conduzem.

Dupuy (1996. p.218) considera que há uma certa desconstrução da concepção metafísica cartesiana da subjetividade em duas formas: uma que ele chama de "desconstrução por cima" na qual os atributos da subjetividade não são monopólio dos sujeitos individuais,

entidades coletivas podem igualmente manifestá-las. A subjetividade não remete exclusivamente aos estados mentais de um indivíduo, podendo-se também considera-la como uma característica de um grupo²⁶. Uma segunda forma seria a “desconstrução por baixo” na qual os atributos da subjetividade não são os atributos de um sujeito e sim efeitos emergentes produzidos por um funcionamento de processos sem sujeito. As características mais marcantes e constantes de um indivíduo, aquelas que o identificariam, são construídas em um processo que se dá através de um sujeito, mas que não são realizadas pelo sujeito.

Entre os elementos que receberam pouca importância no paradigma cartesiano destaca-se a memória e é justamente, ao fundamentar-se na noção de memória, de egocentrismo e de referência corporal que alguns autores contribuíram para uma nova concepção de sujeito. Destacam-se Morin (1996), Searle (1998) e Popper (1995).

A idéia de sujeito para Morin (1996, p. 326), origina-se:

...no ser vivo mais arcaico, mas não se reduz a ele. Desenvolveu-se com a animalidade, com a afetividade e, no homem, aparece esta novidade extraordinária: o sujeito consciente. Mas mesmo no homem, há uma realidade 'sujeito', inconsciente, orgânica, que se manifesta na e pela distinção imunológica que nosso organismo faz entre o si e o não si”.

Morin (1996, p. 323-324) acredita que o verdadeiro caráter da individualidade é não só sua unicidade ou sua singularidade fenomenal, mas é, sobretudo, a condição egocêntrica do sujeito:

26 Exemplificando: quando nos referimos a psicoterapia de grupo, com freqüência, discute-se o problema se a psicoterapia é **em** grupo ou a psicoterapia é **do** grupo. Parece haver um consenso entre os praticantes desta técnica que o grupo em sua evolução adquirir características próprias tão marcantes e distintas de outros grupos que pode-se falar no grupo como um sujeito. A psicoterapia seria, então, **de** grupo.

O sujeito é o ser computante que se situa, para ele, no centro do universo, que ele ocupa de forma exclusiva [...] é um ser auto-egocêntrico, na medida em que toda sua referência de vida também está no centro do universo.

Morin (1996, p. 325) credita à autonomia do sujeito uma dupla determinação; da genética e do ambiente. O ser possui uma determinação genética que lhe permite não sofrer passivamente a determinação ambiental. Em oposição, não está à mercê exclusiva das influências do ambiente, pois a genética lhe garante um limite à plasticidade.

Escrevo que o ser-sujeito nasceu em um universo físico, que ignora a subjetividade que faz brotar, que abriga e, ao mesmo tempo, ameaça. O indivíduo vive e morre nesse universo onde só o reconhecem como sujeito alguns congêneres vizinhos e simpáticos. É, portanto na comunicação amável que podemos encontrar o sentido de nossas vidas subjetivas. (Morin, 1996, p.327)

Searle (1998), assim como Morin, considera que a nossa consciência de sujeito é egocêntrica, mas traz como marca fundamental, a dependência da memória e uma referência corporal. Apoiado em Rosenfield diz Searle (1998, p. 198):

Todas as nossas experiências conscientes são 'auto-referenciais', na medida em que estão relacionadas à experiência do eu (self) que é a experiência da imagem corporal. A coerência da consciência através do tempo e do espaço está novamente relacionada à experiência corporal por meio da imagem corporal e, sem a memória, não há

consciência coerente.

Popper (1995, p.139), igualmente, observa que a estreita relação entre identidade e memória é uma relação de dependência e necessidade:

...a memória é obviamente importante para a autoconsciência: os estados dos quais eu perdi completamente a memória dificilmente podem ser considerados como estados de mim mesmo, exceto no sentido de que eu posso recobrar a memória desses estados.

Além disso, considera ainda Popper (1995), que a memória estabelece uma estreita ligação com a identidade corporal na concepção de um sentimento de sujeito: "Esta auto-identidade é sem dúvida estritamente ligada à identidade do nosso corpo (que muda muito durante a vida, e que muda constantemente as suas partículas materiais constituintes." (Popper, 1995 p. 137)

Finalmente, Rosenfield segundo Searle (1998, p. 199) estabelece as seguintes articulações:

um sentimento de si é essencial para a memória, até porque todas as minhas memórias são 'minhas'. O que faz com que sejam memórias é que são partes da estrutura que é parte do sentimento de si. A memória e o eu estão vinculados e ambos estão especialmente ligados à imagem corporal.

Assim, pode-se sintetizar seu pensamento no que tange às relações entre identidade pessoal e consciência do próprio corpo:

Mesmo quando estou fazendo algo abstrato, tal como pensar

um problema matemático, ainda sou 'eu' que estou pensando: ou seja, meu corpo como esse objeto no espaço e no tempo está pensando sobre este problema. Nem toda consciência é consciência sobre o corpo. Mas toda consciência começa com a experiência do corpo através da imagem corporal. (Searle, 1998, p.200)

Essa idéia searliana de que toda consciência se cria a partir da consciência do próprio corpo, remete-nos, pelo menos em parte, à concepção Freudiana de que o ego é antes de tudo corporal, e é a noção de sujeito (ego) em Freud que será nossa preocupação na próxima seção.

4.2- O sujeito na psicanálise

O termo sujeito não encontra referências significativas na teoria freudiana, embora o *eu* tenha um papel central nessa mesma teoria. Para o entendimento do que pretendemos designar com a idéia de sujeito em psicanálise, discutiremos a seguir o conceito de ego.

Nas primeiras referências que Freud faz ao ego, no *Projeto para uma Psicologia* (1995), esse aparece como uma organização de neurônios que tem uma função inibidora dos processos psíquicos. A partir disso, ele estrutura, em *A Interpretação dos sonhos* (1980), sua teoria topográfica, ou primeira tópica, em que o fundamental não é o papel do ego, mas sim o aparelho mental visto através da óptica territorial da consciência, do pré-consciente e do inconsciente.

À medida que a teoria freudiana sobre a atividade psíquica foi se desenvolvendo, o ego ganhou um espaço central. Assim,

a partir de 1920, Freud procura reajustar a sua teoria topográfica às modalidades dos conflitos psíquicos que lhe parecem fundamentais. Ele deixa, em grande parte, a primeira tópica com suas funções de consciência, inconsciência e pré-consciência para lidar com o ego, relacionado-o aos conflitos psíquicos, adquirindo esse uma característica mais de sistema ou instância.

As instâncias que estão relacionadas no conflito psíquico são o id, que é o pólo pulsional, o super-ego, que é o sistema de interdições morais, a realidade externa, com suas exigências. O ego seria então a instância responsável por administrar as exigências provenientes do conflito que se estabelece entre a pulsão, a moralidade e a realidade. Para Freud o ego tem a difícil missão de servir três senhores ao mesmo tempo.

Freud oferece à primeira tópica uma adaptação de acordo com a segunda tópica, já que a consciência que antes constituía um sistema passa a ser, agora, um núcleo no ego. Na segunda tópica, o ego adquire várias funções e, entre elas, o controle da motilidade, da percepção, a prova da realidade, a antecipação, a ordenação temporal nos processos mentais, o pensamento racional, etc. A concepção de Freud, nesse momento, é a de que o ego surge, essencialmente, como mediador no esforço constante de considerar as exigências contraditórias da relação estabelecida entre o mundo mental e a realidade externa. O ego está submetido a uma tríplice servidão: ao id, ao super-ego e ao mundo externo Laplanche (1998, p.133). Considera esse autor que *como ser fronteira*, o ego tenta realizar a mediação entre o mundo externo e o id tornando este último dócil ao primeiro, tenta ainda conformar o mundo, graças à ação muscular, ao desejo do id.

Revisando, em certa medida, o ponto de vista de Freud,

outros autores em psicanálise colocam o ego como ponto central de sua teoria, criando o que poderia ser chamado de *Psicologia do Ego*, na qual este é concebido, antes de mais nada, como um aparelho de regulação e de adaptação à realidade, sendo sua gênese explicada por um processo de maturação e de aprendizagem a partir do equipamento sensório motor do lactente.

Na teoria freudiana, todavia, essa função de adaptação não é absoluta. Do ponto de vista genético, o ego aparece como produto da diferenciação do id. Diz Freud (1980, p.160) que o ego:

desenvolveu-se a partir da camada cortical do id, que, preparada para receber e afastar as excitações, acha-se em contato direto com o exterior (realidade). Partindo da percepção consciente, o ego submete à sua influência domínios cada vez mais vastos, camadas cada vez mais profundas do id”.

O ego assume, decididamente, o papel de órgão que tem como função principal um domínio cada vez mais extenso do id e uma adaptação cada vez melhor do indivíduo à realidade. Considera ainda Freud que o ego esforça-se por fazer reinar a influência do mundo exterior sobre o id e as suas tendências, e procura colocar o *princípio de realidade* no lugar do *princípio de prazer* que reina sem restrições no id.

A percepção desempenha para o ego o papel que no id cabe à pulsão. A distinção entre ego e id vai, pois, ao encontro da oposição entre razão e paixão. (Laplanche, 1998, p. 135). Nesse sentido o ego pode ser visto como o resultado de uma especialização das funções corporais. Seria ele o produto terminal de uma longa evolução do aparelho de adaptação.

A energia para a criação do ego é emprestada do id na forma de uma libido (energia psíquica das funções eróticas). Na concepção freudiana o ego é, antes de mais nada, um ego corporal; não apenas um ser de superfície, mas ele próprio é a projeção de uma superfície. O ego, em última análise, deriva das sensações corporais, principalmente das que nascem da superfície do corpo ao lado do tato. Representar a superfície do aparelho mental para Laplanche (1998) convida a uma definição de ego fundada numa operação psíquica real que consiste em uma projeção do organismo ao psiquismo.

Uma outra orientação da concepção freudiana que se estabelece da relação do ego com o mundo exterior, mas assumindo um sentido novo, é a de um ego não só como um aparelho que se desenvolve a partir do sistema de percepção-consciência, mas ele próprio sendo uma formação interna que tem as origens em certas percepções privilegiadas das relações humanas, particularmente as identificações, projeções e introjeções. Do ponto de vista econômico, o ego, colocando-se no lugar do objeto do desejo, constitui-se, a partir da energia libidinal emanada das pulsões do id, produto de um processo de adaptação que culmina na sedimentação de uma forma carregada daquela energia. Constituído a partir de modelos baseados nas relações humanas, o ego funciona como representante da adaptação ao mundo externo e interno.

4.3 - O sujeito e a formação da identidade pessoal na auto-organização

Diferentemente da concepção de sujeito da ciência clássica, a auto-organização não comporta a existência de um sujeito

centralizador que comande o processo a se organizar. Ela só permite ao processo a capacidade de se organizar, não havendo espaço para qualquer sujeito determinante. "O sujeito da auto-organização é 'auto', quase por definição", nos lembra Debrun (1996, p. 17), prefixo que exclui, portanto, a possibilidade de ocorrência de um centro absoluto para o processo. É esse, o processo, que se organiza e, por ser uma ocorrência, não permite a existência de *algo* que o realize: "Esse processo sem sujeito realiza a seu modo o "trabalho de si sobre si" característico da auto-organização." (Debrun, 1996, p.26)

Neste mesmo contexto, discutiremos o problema da construção de uma identidade pessoal, e, para tal, fazem-se necessárias algumas considerações a respeito do que se poderia entender por identidade pessoal.

Para nosso propósito, consideraremos como identidade pessoal aquelas características mais marcantes e constantes de um indivíduo que acabam por identificá-lo. Nesta seção discutiremos a formação da identidade na perspectiva da auto-organização. Iniciaremos, no entanto, por uma breve discussão geral sobre a identidade.

Não nos deteremos na argumentação sobre o que caracteriza um indivíduo, ou seja, quais suas propriedades mais constantes, para nos perguntarmos apenas sobre quem é que define e encontra tais características. Esse problema pode ser observado, com muita frequência, na clínica psiquiátrica, onde, normalmente, as pessoas se apresentam e se identificam com características que dificilmente poderíamos encontrar nelas, assim como podemos encontrar, nesta mesma pessoa, características mais ou menos constantes que a identificariam, mas que, de modo algum, seriam por ela reconhecidas. Por exemplo, quando se apresenta em uma situação clínica ou mesmo em

uma situação social qualquer, tal pessoa poderia dizer: "...porque eu sou assim, direto, sincero e claro. Não deixo o que eu tenho que dizer para depois". No entanto, de um ponto de vista externo, qualquer pessoa poderia dizer sobre ele: ...é um sujeito grosseiro, egoísta e estúpido quando se sente incomodado."

A discussão sobre a identidade pessoal, portanto, remete ao problema do observador, ou seja, aquele que une as características mais marcantes e constantes do indivíduo num conjunto unitário. O observador pode ser o próprio indivíduo, um outro indivíduo, ou mesmo, um grupo de indivíduos. O problema que se apresenta será, portanto, qual é o sistema de referência que guarda a autoridade para identificar o indivíduo. Ou será que poderíamos aceitar várias formas de identificar um indivíduo sem que, com isso, desrespeitemos o conceito de identidade?

De forma proposital, nos afastaremos dessa discussão para nos aproximarmos, tão somente, da questão da formação da identidade pessoal, pois, mesmo acreditando ser a questão acima colocada um problema real a ser encarado, o propósito primeiro dessa seção estaria desvirtuado, já que o objetivo central desta será, unicamente, discutir a formação da identidade.

Apoiadas nas noções de causalidade circular, de disposições e de *affordance* (disponibilidade), rejeitando o vocabulário representacionista, Gonzalez et. al. (1999, p. 06-07) caracterizam "a identidade pessoal como um processo de auto-organização que adquire certa autonomia".

Os autores consideram difícil a aceitação das concepções metafísicas do sujeito (tais como a da imortalidade da alma), dada por Descartes, pois elas não podem ser cientificamente analisadas.

Propõem-se ainda a abandonar provisoriamente a noção de representação mental na caracterização da identidade pessoal, creditando a formação da identidade pessoal a um processo que se dá na relação que o indivíduo estabelece com o meio. Tal processo obedeceria à conceituação que Debrun (1996) nos oferece em suas formulações a respeito da auto-organização primária (abordada na seção 3.2 desta dissertação). A identidade pessoal se daria a partir da formação de hábitos na cristalização de um processo de auto-organização.

O desenvolvimento da identidade pessoal, na concepção de Gonzalez et. al. (1999), se dá através da habilidade do indivíduo de incorporar os erros e ruídos, numa dinâmica de causalidade circular, bem representada pela concepção de Debrun (1996) quanto à auto-organização secundária. O fundamental, nessas idéias, é que esse processo de formação de identidade pessoal adquire uma certa autonomia e resistência próprias, comportando-se de forma independente em relação ao meio ambiente:

Em resumo, a hipótese central deste trabalho consiste em sugerir que, dadas as condições adequadas do meio ambiente, um processo de formação de identidade pode ocorrer em sistemas (não necessariamente humanos) que, adquirindo a habilidade de criar e mudar hábitos auto-organizadamente, passam a agir de maneira relativamente autônoma. (Gonzalez et. al., 1999, p. 08)

O elemento central e relevante, nas concepções dos autores, para a aquisição de uma identidade, é a habilidade de formar e mudar hábitos. Quando consideramos, porém, a noção de hábito, surge, de forma imediata e direta, a idéia de ação. Essa conceituação de identidade pessoal repousa, portanto, sobre a idéia de ação. Nesse contexto, que lugar restaria para os pensamentos e para a habilidade de pensar?

Nossa hipótese central, nesta dissertação, é entender a capacidade para pensar os pensamentos como resultado, em grande parte, de um processo de auto-organização. Determinadas formas de pensar seriam, então, o resultado da sedimentação de um processo de auto-organização, como pudemos vislumbrar nos capítulos anteriores. Em nossa concepção, o pensar pode adquirir também, assim como os hábitos, uma cristalização e uma certa resistência ao meio externo. E também, como os hábitos, pode mudar e ganhar maior complexidade com os erros e ruídos.

Parece-nos que, na aquisição de uma identidade pessoal, não só os hábitos se fazem fundamentais, mas também a capacidade e a forma de pensar definiriam, sobremaneira, a constituição de um indivíduo. Como lembra Dennet (1991, p. 418):

Da mesma maneira que as aranhas não têm que pensar na maneira como tecem sua teia, assim também nós, por nós mesmos, os seres humanos, não temos que determinar consciente voluntariamente quais narrativas temos que contar, e como contá-las, a fim de constituir nosso eu: nossas narrativas são, sem dúvidas, tecidas (são texturas, textos), mas, quanto ao essencial, não somos nós que as tecemos. A consciência humana, ou seja, o si como narrativa, é o produto desses textos, não é a fonte deles.

Uma outra idéia central neste trabalho diz respeito ao intervalo que pode se estabelecer entre o impulso e a realização de uma ação. O pensamento e a atividade de pensar são processos que ocorrem, fundamentalmente, nesse intervalo, ou seja, ocorrem quando a mente consegue impor um obstáculo à ação. Se de um impulso decorre, de

forma imediata, uma ação, não há, nessas condições, possibilidades para o surgimento de pensamentos e do pensar, pelo menos o pensar não-psicótico na concepção bioniana (capítulo 2).

Para a caracterização da construção de uma identidade pessoal, sugerimos que se considere a formação dos hábitos, dos pensamentos, assim como se considere também, as relações que se estabelecem entre eles. Nessa caracterização, é fundamental que se leve em conta todas as inter-relações e possíveis interações que ocorram entre elementos genéticos, afetivos, sensoriais, cognitivos e culturais, em um determinado sistema, para a formação dessa identidade pessoal. Guardam-se assim as peculiaridades individuais, respeitando-se a noção de subjetividade, que parece ser uma característica fundamental para a diferenciação entre a identidade humana e a identidade de outros seres.

Procuramos esclarecer, neste capítulo, que a noção de sujeito, tal qual investigada aqui, é aquela formulada pela teoria da auto-organização. Dessa noção não decorre uma desconstrução do sujeito, como pode parecer à primeira vista; ela propõe apenas uma visão de outra perspectiva que englobe características dinâmicas e autônomas. O sujeito que consideramos não é aquele que, com a razão, constrói o mundo e a si mesmo, mas é aquele construído em uma relação com o mundo, conservando-se, em ambos os casos, a noção de subjetividade. Essa idéia de sujeito possibilita não só compreendermos o homem de um ponto de vista complexo, mas permite, fundamentalmente, atualizar uma teoria do pensamento e do pensar que julgamos trazer valiosas contribuições para a Ciência Cognitiva, assim como para clínica psiquiátrica e psicoterápica.

CONCLUSÕES

O exercício da clínica psiquiátrica e psicoterápica nos traz, por vezes, algumas inquietações de natureza doutrinária, capazes de mobilizar-nos à procura de respostas satisfatórias às necessidades dessa prática e que lhe confirmam um caráter o mais científico possível. Encontramos, nesse trajeto, com freqüência, boas teorias para dar conta das experiências vividas no cotidiano psiquiátrico. Alguns problemas, no entanto, permanecem à procura de respostas adequadas a uma certa doutrina.

Um ponto de insistente inquietação foi a observação de que, muito embora as pessoas refiram-se a si mesmas como sujeitos de seus pensamentos, elas queixam-se de que esses parecem ocorrer-lhes sem que possam ter um controle total desse processo. As queixas dos pacientes se dão, também, no sentido de não poderem controlar pensamentos desagradáveis que lhes ocorrem, ou de quererem pensar algo agradável e não conseguirem. Uma grande parte dos processos psicopatológicos parecem, então, estar relacionados aos pensamentos e seus processos. Os freqüentes problemas do pensamento humano, observados dia a dia pelo psiquiatra, se constituíram como foco de nossa preocupação e, ao mesmo tempo, de estímulo à busca de teorias de caráter científico que se mostrem esclarecedoras e orientadoras para o referido exercício profissional.

Foi nessa busca que encontramos, para a compreensão desses fenômenos, a teoria psicanalítica. No âmbito dessa, foi-nos particularmente interessante a teoria do pensamento desenvolvida por Bion. Argumentamos que a riqueza das teorias desse autor (capítulo 2), a respeito do pensamento, nos traz uma boa possibilidade de compreendermos as relações que se estabelecem entre o sujeito, sua



mente, seus impulsos e seu processo de pensar. Entre as muitas contribuições que essa teoria nos oferece, particularizamos um ponto específico: a inferência de que a atividade cognitiva humana desfruta de uma certa autonomia em relação a um sujeito pensante.

A formação de pensamentos e o pensar, pelo menos como atividade não-psicótica, nessa perspectiva bioniana, pode ser compreendida, em grande parte, como um processo que se desenvolve sem um sujeito pensante; seria, portanto, um processo autônomo. Essa suposta autonomia, no entanto, não foi alvo de uma preocupação maior desse psicanalista, não havendo referências diretas a ela em sua obra.

Com a mesma preocupação de encontrar respostas satisfatórias para os problemas do pensamento, encontramos na Ciência Cognitiva, particularmente em uma de suas vertentes representacionistas, as Redes Neurais Artificiais, a teoria da auto-organização (capítulo 3). Essa teoria nos indica um caminho possível de se entender os processos autônomos. Acreditamos, pois, que os problemas relativos à autonomia do pensamento poderiam ser realizados pelo encontro entre a teoria psicanalítica do pensamento e a teoria da auto-organização.

Para construirmos essa concepção sobre o pensamento e os seus percursos, iniciamos esta dissertação com uma discussão sobre os paradigmas científicos que sustentaram o desenvolvimento da ciência moderna com sua particular forma de compreender a cognição humana (capítulo 1).

Iniciarmos nosso trabalho pela referida discussão, deve-se à compreensão de que foram tais paradigmas que nortearam o conhecimento humano ao longo dos séculos, possibilitando o

desenvolvimento da ciência e, especificamente para o nosso interesse, de uma ciência da mente.

Nesse estudo sobre os paradigmas, consideramos que o paradigma da ciência clássica, com seus ideais de racionalidade e objetividade, criou as condições para o surgimento de várias áreas da ciência, mas pouco contribui para permitir o desenvolvimento de uma ciência da mente capaz de atender às necessidades científicas teóricas e clínicas atuais. Ressaltamos, pois, a necessidade de novos paradigmas que abrangessem, não só a ciência como um todo, como também possibilitassem uma ciência da mente que atenda às necessidades de uma abordagem atual. Foi nesse sentido que acreditamos serem os paradigmas da complexidade e da auto-organização aqueles que abririam novos caminhos para a abordagem científica da mente.

Entendemos que o paradigma da complexidade, na concepção de Morin (1996), permitiria uma ciência da autonomia em oposição ao caráter determinista predominante na ciência moderna (capítulo 1). Na medida em que o paradigma da complexidade reconhece os efeitos do ruído e da desordem como desestabilizadores e, ao mesmo tempo, como criadores de novas organizações, abrem-se outras perspectivas para a construção de uma ciência que viabilize uma abordagem atual do processo psíquico. Ciência essa que melhor corresponderia à experiência humana vivenciada no cotidiano, dada à complexidade de seu funcionamento em interação constante com o meio externo.

Através das referidas idéias sobre a complexidade, podemos entender a identidade pessoal como produto de um processo complexo que é, em suma, um processo de auto-organização (capítulo 4). Sugerimos que vários elementos, como a hereditariedade, as experiências

emocionais e as impressões sensoriais, os hábitos e a capacidade para pensar, que ocorrem ao longo de nossas vidas, interagem entre si, sedimentando-se na constituição de nossa identidade. É um processo complexo de inter-relações entre potencialidades genéticas, o mundo afetivo, o mundo perceptivo e o mundo cognitivo. A identidade pessoal é produto de todo esse processo e, ao mesmo tempo, constitui esse processo.

A identidade pessoal seria então a sedimentação de um processo de auto-organização. Uma vez sedimentada, essa identidade se cristaliza, passando a apresentar uma certa resistência à incorporação de novos elementos para o seu desenvolvimento. Ela tende a repetir modelos de ação, reação e de pensamentos ao longo da vida do indivíduo. Ressaltamos que o indivíduo pode ser reconhecido como tal, como possuidor de uma identidade, na medida em que se observam modelos repetidos de comportamento e de atitudes mentais, observando-se também uma aparência física, mais ou menos constante, ao longo de sua vida. É nessa perspectiva que Morin (1996, p. 326) acredita: "que o behaviorismo pôde pôr entre parênteses não só o que se passava no interior da máquina, mas também a própria máquina." , no estudo psicológico do homem, e Freud (1980) postula o conceito de compulsão à repetição

A questão que se colocaria então é como conceber que de uma cristalização, com a repetição de modelos, poderia surgir alguma modificação/evolução dessa identidade. É aqui que o papel do ruído e da desordem parece contribuir para o desenvolvimento mental do homem.

No capítulo 1 desta dissertação, creditamos ao ruído e à desordem a função de *colaboradores indiretos* para a aquisição de uma maior complexidade dos sistemas. Este fenômeno ocorreria quando o

ruído, cujos efeitos são sempre desorganizadores, seria absorvido pelo sistema.

Na teoria da auto-organização (capítulo 3), notamos que é através do ruído que um sistema adquire maior complexidade e desenvolvimento. Se temos um sistema funcionando de acordo com regras, leis, princípios, é o ruído aquele elemento capaz de romper com essas regras e princípios, promovendo uma desordem, uma desorganização do sistema. O processo pelo qual o sistema readquire uma nova organização é um processo autônomo. Na medida em que esse ruído pode ser absorvido pelo sistema, garante-se uma maior complexidade.

Sugerimos, ao longo desta dissertação, a idéia de que o correspondente ao ruído na teoria psicanalítica seria a frustração. Na teoria bioniana, como vimos no capítulo 2, dá-se o nome de frustração àquilo que corresponde à realização negativa de uma pré-concepção. São criadas, em nossa mente, expectativas a respeito do mundo, as quais Bion chama de pré-concepções. Quando essas pré-concepções encontram algum tipo de realização positiva, ou seja, quando as expectativas criadas pelos nossos afetos, nossos pensamentos e crenças encontram uma correspondência na realidade, no mundo externo, criamos concepções do mundo dentro de uma perspectiva já conhecida. Quando, no entanto, essas pré-concepções encontram a ausência do objeto de desejo - a frustração -, dá-se uma realização negativa, e o *sistema/mente* se desorganiza, denotando sinais claros de angústia.

Na teoria freudiana do pensamento, discutida no capítulo 2, pudemos observar que um dos princípios básicos para o funcionamento mental é o *princípio de prazer*, no qual a mente tenta livrar-se, de forma imediata, do desprazer acarretado por uma sobrecarga de excitação,

vindo particularmente dos impulsos. O prazer é alcançado quando se encontra o objeto de desejo para que a satisfação se realize. A frustração ocorre mediante a ausência do objeto de desejo, e o alívio imediato, ou seja a satisfação é, então, impossibilitada.

Em nossa concepção, entendemos a mente como um sistema, cujo princípio máximo de funcionamento é o princípio de prazer, e compreendemos a frustração como o ruído capaz de desorganizar esse sistema. Havendo capacidade para a mente tolerar a frustração – absorver o ruído – respeita-se o princípio da realidade e os pensamentos e o pensar podem então ocorrer.

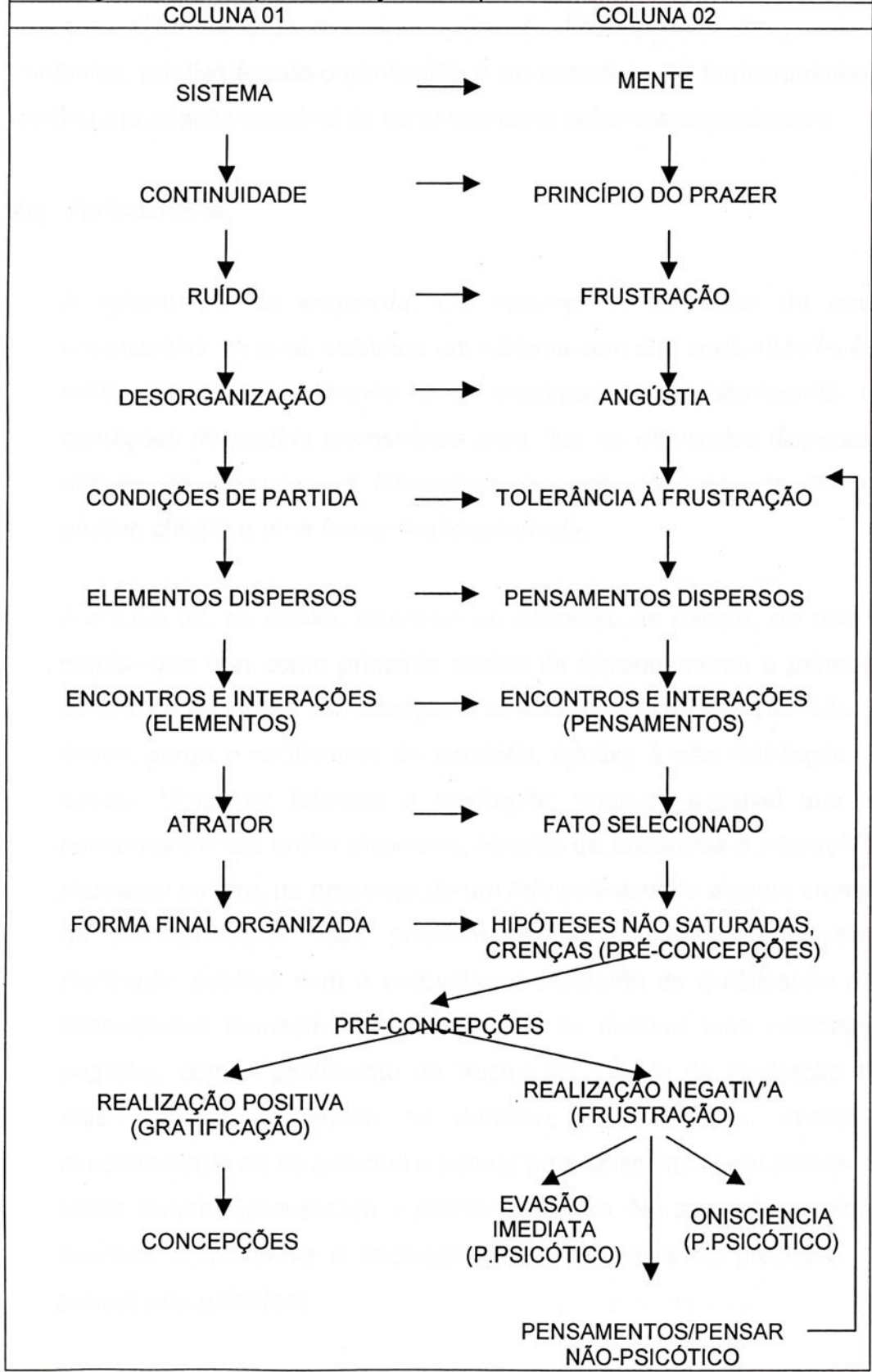
Na teoria bioniana, a capacidade para se tolerar a frustração é um elemento fundamental para o funcionamento adequado da função-alfa (capítulo 2). Essa função transforma as experiências emocionais e as impressões sensoriais em elementos-alfa, aqueles possíveis de serem utilizados na formação de pensamentos não-psicóticos. Quando a mente não tolera a frustração, a função-alfa fica inoperante, permanecendo as experiências emocionais e as impressões sensoriais na forma de elementos-beta, próprios para a formação de pensamentos e do pensar psicóticos.

Da perspectiva psicanalítica, algum desenvolvimento mental ocorre quando o aparelho psíquico pode tolerar/absorver a frustração e a desordem que essa lhe impõe, até que um fato selecionado (capítulo 2) surja e uma nova organização se realize em um nível de maior complexidade.

Procuraremos oferecer abaixo uma visualização esquemática do que foi acima exposto:



Figura 01: Representação Esquemática dos Processos



O esquema encontrado na figura 1 pode ser compreendido de duas maneiras: (a) verticalmente como um processo dinâmico, relativo à auto-organização e ao pensar, e (b) horizontalmente como uma relação possível de se estabelecer entre esses processos:

(a) Verticalmente:

A coluna 01, da esquerda, diz respeito ao processo de auto-organização, no qual, existindo um *sistema* com sua *continuidade*, é o *ruído* capaz de promover uma *desorganização*, oferecendo as *condições de partida* necessárias para que os *elementos dispersos*, através de *encontros e interações*, possam, na presença de um *atrator*, chegar a uma *forma final organizada*;

A coluna 02, da direita, refere-se ao processo de pensar, no qual a *mente*, que tem como princípio básico de funcionamento o *princípio de prazer*, encontra na *frustração* o obstáculo para sua função. Diante dessa, surge o sentimento de *angústia*, relativa à não satisfação do desejo. Uma vez *tolerada a frustração*, torna-se possível que os *pensamentos* até então *dispersos*, através de *encontros e interações*, alcancem em fim, na presença de um *fato selecionado* alguma *crença*, ou *pré-concepção*. Das *pré-concepções* decorre uma possível *realização positiva* com o respectivo sentimento de *gratificação* e a conseqüente formação de *concepções*, ou decorre uma *realização negativa*, com o sentimento de frustração. Diante da frustração há dois caminhos a seguir: no primeiro, da frustração, *evade-se imediatamente* ou se substitui o pensar pela *onisciência*; em ambos os casos temos representado o *pensar psicótico*. No segundo caminho ocorrerá a *tolerância à frustração*, e a existência do processo de *pensar não psicótico*;

- (b) Horizontalmente estabelecemos uma correspondência direta entre os elementos do processo de auto-organização com os do processo de pensar. Iniciamos com uma concepção de *mente* como um *sistema* e concluímos com um paralelo entre a *forma final organizada* e a formação de uma *pré-concepção*.

A partir dessa esquematização, concluiremos este trabalho com uma proposta para classificar os pensamentos de acordo com a teoria da auto-organização e do pensar em psicanálise. Trata-se de um esboço precário e preliminar, mas que julgamos constituir um ponto de início para nosso trabalho futuro.

Em nossa proposta, sugerimos uma classificação dos pensamentos em quatro tipos: pensamentos não-organizados, pensamentos desorganizados, pensamentos hetero-organizados e pensamentos auto-organizados. Qualificaremos cada um desses tipos de pensamento em psicótico e não-psicótico, perfazendo oito subtipos:

- (1) Os pensamentos *não-organizados não-psicóticos* seriam aqueles que ainda não alcançaram uma forma final sedimentada . Eles seriam formados a partir dos elementos-alfa e são bem representados pelos pensamentos oníricos. São "pensamentos a procura de um pensador" Bion (1980). Há um estado mental de expectativa para a aquisição de uma crença e, enquanto essa não chega, a angústia diante da desordem pode ser suportada. Por exemplo: a situação mental do autor dessa dissertação antes de elaborá-la
- (2) Os pensamentos não-organizados psicóticos são representados por aqueles que nunca chegam a qualquer tipo de organização. São formados a partir dos elementos-beta, representando, portanto, pensamentos vivenciados como elementos concretos e, muito embora

haja encontros entre eles, não se alcançam interações suficientes para posterior organização. Esses pensamentos são normalmente encontrados nos retardados mentais. Por exemplo: quando se oferece a esses indivíduos uma relação de idéias como rodas, faróis, locomoção, volante, buzina, não se pode formar, em sua mente, uma imagem de carro.

- (3) Os pensamentos hetero-organizados não-psicóticos formariam aquele pensar proveniente das atividades mentais relativas ao processo lógico-racional, quando os pensamentos são passíveis de serem trabalhados pela lógica. Essas atividades mentais são próprias daquelas mentes capazes de lidar com a Matemática, a Física e outras disciplinas correlatas.
- (4) Os pensamentos hetero-organizados psicóticos dizem respeito àquelas atividades mentais nas quais se utiliza a estrutura lógico-racional para dar conta de pensamentos não passíveis de serem reduzidos a essa estrutura. A função-alfa, nessas circunstâncias, não está operante, sendo os pensamentos tratados como coisas concretas, e, portanto, passíveis de serem ordenados segundo as leis da física, e, muitas vezes, reduzidos a uma lógica própria do indivíduo. Há mais um "inchaço de informações" do que um crescimento através das informações. Esses pensamentos são encontrados em alguns mecanismos de defesa egóicos, como no caso da racionalização e da intelectualização.
- (5) Os pensamentos auto-organizados não-psicóticos são aqueles próprios para o fluxo do dia a dia na vida humana. Há uma constante exigência de desenvolvimento, sendo as crenças pressionadas a serem modificadas pela experiência. Nessas circunstâncias, a mente é capaz de tolerar as angústias diante da desordem até que uma nova

crença se sedimente. Há um estímulo à curiosidade.

- (6) Os pensamentos auto-organizados psicóticos seriam aqueles representados por uma sedimentação precoce de um processo de auto-organização. Há, nessas circunstâncias, uma certa capacidade de se tolerar a angústia diante da desordem, mas ela não é suficiente para que o processo se complete nele mesmo. Há, aqui, uma sedimentação precoce de um processo de auto-organização, sendo a onisciência o guia do processo de pensar.
- (7) Os pensamentos desorganizados não psicóticos seriam aqueles que, tendo já alcançado uma organização, se desorganizam a partir de um ruído, da frustração. Há, nessas circunstâncias, capacidade para tolerar as frustrações até que, de forma autônoma, o processo se sedimente numa nova organização, numa nova crença. Tais circunstâncias permitem ao indivíduo, possuidor de crença, uma reestruturação autônoma a partir da experiência.
- (8) Os pensamentos desorganizados psicóticos são aqueles que, mesmo já tendo alcançado uma organização, diante do ruído se desorganizam e perdem a capacidade de incorporá-lo. É um processo seguido de muita angústia, pois se está diante de uma desorganização que não pode alcançar uma sedimentação, uma nova organização. São pensamentos particularmente encontrados na desagregação esquizofrênica.

A tentativa de compreender os pensamentos e o pensar, a partir de uma perspectiva psicanalítica, através da teoria da auto-organização, pareceu-nos promissora tanto para o estudo dos pensamentos, como também para o estudo mais geral dos sistemas auto-organizados. A construção desta dissertação foi uma experiência viva de



como o pensar, pelo menos aquele criativo, se constrói num processo de auto-organização. Há de se suportar a ruptura com conhecimentos já sedimentados, de se aguardar o tempo necessário para que novas estruturas se construam e de se tolerar a angústia que a jornada entre o já conhecido e o novo por se conhecer impõe à nossa mente. Nesse sentido esperamos ter trazido algumas contribuições para a Ciência da Mente, considerando, no entanto, que este trabalho é apenas um projeto inicial com a intenção de aproximar, cada vez mais, a Psicanálise da Ciência Cognitiva.

KEYWORDS

Self-Organization, Creative Mind, Reorganization of Thought, Language as Thinking

ABSTRACT

SACOMANI JR., E. The Capacity of Thinking and the Paradigm of the Self Organization. 2000.104 f. Dissertation (Masters in Cognitive Science and Philosophy of the Mind) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

The present dissertation discusses the hypothesis that the thought, that from a psychoanalytical perspective, are built by a “self” form, being this supposed autonomy explainable through the paradigm of self organization. The work develops from a discussion about the classic scientific criterions in its relation to the new paradigms of science such as the one of complexity, the self-organization and the perspectivism one. Discussing the nature of thinking in the psychoanalytical theory, it was found, from Freud to Bion, an evolution of the psychoanalytical concepts comprehending yet, within this perspective, the human cognitive activity. With a discussion about the notion of subject, from a cognitive and psychoanalytical point of view (self-organization), this work is concluded with the idea that the mind is a system whose maximum principle of functioning is the Principle of Pleasure, being frustration the noise capable of disorganizing this system to the point in which it can reach a new organization of higher complexity. The realization of thoughts, at least the non-psychotic ones, would depend then on the capacity of absorbing such noises (frustrations), respecting the principle of reality, in a self-organized process.

KEY - WORDS

Self-Organization; Cognitive Science; Psychoanalysis of Thought; Capacity of Thinking.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, E. H. Observações sobre o Perspectivismo de Donald Peterson.
In: GONZALEZ, M. E. Q., BROENS, M. C. (Org). *Encontro com as Ciências Cognitivas*, 3. Marília : Ed. UNESP, 1998. p. 25-31.
- ATLAN, H. *Entre o cristal e a fumaça*: Ensaio sobre a organização do ser vivo. Rio de Janeiro: Zahar, 1992, p.268.
- BION, W. R. *As transformações*: A mudança do aprender para o crescer. Rio de Janeiro: Imago, 1991, 194 p. Série Analytica
- BION, W. R. *Aprendiendo de la experiencia*. Buenos Aires: Paidós, 1991, 131p.
- BION, W. R. Comentários. In: _____. *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 111-147. Série Analytica.
- BION, W. R. Desenvolvimento do pensamento esquizofrênico. In: _____. *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 39-44. Série Analytica.
- BION, W. R. Diferenciação entre a personalidade psicótica e a Personalidade Não-psicótica. In: _____. *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 45-60. Série Analytica.
- BION, W. R. *Elementos em psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, 128p. Série Analytica.
- BION, W. R. *Experiências com grupos*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, 186p. Coleção psicologia psicanalítica.



BION, W. R. Notas sobre a teoria da esquizofrenia. In: _____. *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p.27-37. Série Analytica.

BION, W. R. *O aprender com a experiência*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, 146 p. Série Analytica.

BION, W. R. Uma teoria sobre o processo de pensar. In: _____. *Estudos psicanalíticos revisados*. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p.101-109. Série Analytica.

DEBRUN, M. Auto-organização e Ciências Cognitivas. In: ENCONTRO BRASILEIRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS COGNITIVAS, 1. *Anais...* 1995, Marília: UNESP, 1996. P. 29-38.

DEBRUN, M. A dinâmica da auto-organização. In: DEBRUN, M.; GONZALEZ, M. E. Q.; PESSOA JÚNIOR, O., (org). *Auto-organização: estudos interdisciplinares, em filosofia, ciências naturais e humanas, e artes*. Campinas: UNICAMP, 1996, Cap.2, p.25 -59. Coleção CLE.

DEBRUN, M. A idéia de auto-organização. In: DEBRUN, M.; GONZALES, M. E. Q.; PESSOA JÚNIOR., O., (org). *Auto-organização: estudos interdisciplinares, em filosofia, ciências naturais e humanas, e artes*. Campinas: UNICAMP, 1996, cap. 1, p. 3-23. Coleção CLE.

DENNETT, D.C. *Consciousness explained*. New York: Brown & Company, 1991, 511p.



DESCARTES, R. Meditações. In: _____. *Discurso do método, As paixões da alma, Meditações*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, 335p. Os Pensadores.

DUPUY, J. P. Aspectos de uma decepção. In: _____. *Nas origens das ciências cognitivas*. São Paulo: UNESP, 1996, cap. 6, p. 195 –220.

FREUD, S. A interpretação de sonhos. Rio de Janeiro: Imago, 1980, 760 p, vol. 4 e 5. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*

FREUD, S. Esboço de Psicanálise. In: _____. *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, p. 165-169, vol.23. *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*

FREUD, S. Formulações sobre os dois Princípios do Funcionamento Mental. In: _____. *O caso de Schreber e artigos sobre técnica*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, p. 173-286, vol 12 *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*.

FREUD, S. Neurose e psicose. In: _____. *O ego e o id*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, p.189-198, vol 19 *Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*.

FREUD, S. *Projeto para uma Psicologia*. Tradução por: Osmyr Faria Gabbi Junior. Rio de Janeiro: Imago, 1995, 229p.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. In: _____. *O caso de Schreber e artigos sobre técnica*. Rio de Janeiro: Imago, 1980, p. 193-203, vol 12



Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud.

GARDNER, H. *A nova ciência da mente: Uma história da revolução cognitiva*. 20 ed. São Paulo: Edusp, 1996, 455p.

GELDER, T. V. The dynamical hypothesis en cognitive science. *Behavioral and brain sciences*. Vol.21, 615-665, 1998.

GONZALEZ, M. E. Q. Ação, causalidade e ruídos nas redes neurais auto-organizadas. In: DEBRUN, M.; GONZALES, M. E. Q.; PESSOA JúniorR., O., (org). *Auto-organização: estudos interdisciplinares, em filosofia, ciências naturais e humanas, e artes*. Campinas : Unicamp, 1996, cap.10, p. 273-297.

GONZALEZ, M. E. Q., BROES, M. C., SERZEDELLO, J. Auto-organização, autonomia e identidade pessoal. In: *Tenth international conferece on perception end action*, 1999, Escócia.

KLEIN, M. Notas sobre alguns Mecanismos Esquizóides. In: KLEIN, M., et. al. *Os Progressos da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982, p. 313 –343.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo; Perspectiva, 1989, 187p.

LAPLANCHE E PONTALIS. *Vocabulário da Psicanálise*. 30 ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998, 552p.

MILIDONI, C. B. O “EU” como instância cognitiva em Freud: *Paralelos com Hipóteses subjacentes em modelos de redes neurais artificiais*.

In: ENCONTRO BRASILEIRO/INTERNACIONAL DE CIÊNCIA COGNITIVA, 2. *Anais...* Campo de Goytacazes, 1996, p. 197-201.

MILIDONI, C. B. *Heurística freudiana no "Projeto para uma psicologia científica"*. Campinas, 1993. 2 vol. Doutorado em Lógica e Filosofia da Ciência – UNICAMP.

MORIN, E. Para o pensamento complexo. In: _____. *Ciência com Consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 175-344.

MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. In: _____. *Ensaios de complexidade*. Porto Alegre; Sulina, 1997, cap. 1 p. 15-24.

NOGUEIRA, P. O. Identificação projetiva – uma contribuição para principiantes. In: _____. *Uma trajetória analítica*. Goiana; Dimensão, 1993, p.163-181. Coleção Psicanálise.

NOGUEIRA, P. O. Algumas sugestões para a caracterização de atividades mentais psicóticas e não-psicóticas (Parte1). In: _____. *Uma trajetória analítica*. Goiana; Dimensão, 1993, p. 183-210. Coleção Psicanálise.

NOGUEIRA, P. O. Algumas sugestões para a caracterização de atividades mentais psicóticas e não-psicóticas (Parte2). In: _____. *Uma trajetória analítica*. Goiana; Dimensão, 1993, p.211-235. Coleção Psicanálise.

PETERSON, D. *Forms of representations: An interdisciplinary theme for Cognitive Science*. Wiltshire: Cromwell, 1996.



POPPER, K. R. Algumas Observações sobre o "Eu". In: KARL R. POPPER, K. R. e ECCLES, J. C. *O Eu e seu Cérebro*. 20 ed. Brasília: Ed. UnB, 1995, cap. P4, p 135-190.

PUTNAM, H. The project of Artificial Intelligence. In: _____. *Renewing Philosophy*. Fourth printing. London: Library of Congress Cataloging, 1995, p. 1-18.

RESENDE, A. M. *Wilfred R. Bion: Uma Psicanálise do Pensamento*. Campinas: Papirus, 1995, 258p.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre a Ciência*. 100 edição. (Porto, Portugal): Edições Afrontamento, 1987. 59p (Coleção História e Idéias).

SEARLE, J. R. *O Mistério da Consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, 239p.

SEGAL, H. *Indrodução à obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, 147 p. Coleção psicologia psicanalítica.

ZIMERMAN, D. E. Uma Teoria do Pensamento. In: _____. *Bion: da teoria à Prática*. Porto Alegre: Artes Médicas., 1995, p. 88-109.



